



Município de São Jerônimo/RS

Coordenadoria de Licitações e Contratos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 037/2026

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

O **Município de São Jerônimo**, CNPJ 88.117.700/0001-01, torna público que realiza licitação, processada conforme a Lei Federal nº 14.133/2021 e demais legislação correlata, devendo ser observadas as seguintes disposições:

Processo Administrativo nº: 168/2026	Edital nº: 049/2026
Data e Hora do Início do Recebimento das Propostas: 15/06/2026 às 20 horas	
Data e Hora do Fim do Recebimento das Propostas: 26/06/2026 às 09 horas	
Data e Hora do Início da Disputa: Itens 01 a 40 dia 29/06/2026 às 09 horas Data e Hora do Início da Disputa: Itens 41 a 80 dia 29/06/2026 às 13:30 horas Data e Hora do Início da Disputa: Itens 81 a 120 dia 30/06/2026 às 09 horas Data e Hora do Início da Disputa: Itens 121 a 160 dia 30/06/2026 às 13:30 horas Data e Hora do Início da Disputa: Itens 161 ao 202 dia 01/07/2026 às 09 horas	
Objeto: Registro de preços para a aquisição de medicamentos e insumos para a distribuição na farmácia municipal e uso no setor de proteção animal.	
Participação de ME/EPP/MEI:	Ampla concorrência, com preferência para ME/EPP/MEI
Forma de Disputa:	Aberta, do tipo Menor Preço por Item
Este edital é composto pelos seguintes anexos:	Anexo I – Condições de Participação e Disputa Anexo II – Termo de Referência Anexo III – Estudo Técnico Preliminar Anexo IV – Modelo de Proposta Anexo V – Modelo Declaração de Enquadramento ME/EPP Anexo VI – Modelo Declarações Anexo VII – Minuta Ata de Registro de Preços Anexo VIII – Minuta Contratual

São Jerônimo, 11 de junho de 2026.

JÚLIO CÉSAR PRATES CUNHA
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se:

Rafael dos Santos Pereira
Secretário de Administração e Infraestrutura

Este edital e seus anexos foram
examinados e aprovados pela
Procuradoria Jurídica do Município.
Crislei Lima
Assessora Jurídica
OAB/RS 101.877



Município de São Jerônimo/RS

Coordenadoria de Licitações e Contratos

ANEXO I

CONDIÇÕES DE DISPUTA, PARTICIPAÇÃO E CONTRATAÇÃO

SUMÁRIO

Sumário.....	1
1. Credenciamento.....	2
2. Propostas.....	4
Do Envio das Propostas.....	4
3. Da Fase de Lances.....	5
4. Julgamento das Propostas.....	8
5. Habilitação.....	8
Documento de Habilitação.....	10
6. Impugnações e Recursos.....	12
Da Impugnação ao Edital.....	12
Dos Recursos.....	12
7. Da Ata De Registro De Preços.....	13
Da Cotação de Quantidades Mínimas.....	16
8. Penalidades.....	16
9. Fiscalização e Gestão.....	18
10. Forma de Entrega.....	19
11. Condições de Pagamento.....	19
12. Alteração Ou Atualização Dos Preços Registrados.....	20
13. Regras Especiais de Participação no Certame.....	21
Participação de ME/EPP/MEI.....	21
Participação de Consórcios.....	22
Participação de Cooperativas.....	23
Participação de Empresas em Recuperação Judicial.....	23
Participação de Pessoas Físicas.....	24
Da Subcontratação.....	24
14. Da Contratação Com Fornecedores Registrados.....	24
Formalização.....	24
15. Disposições Gerais.....	25

Na forma do Art. 25, § da Lei nº 14.133/2021 o Município de São Jerônimo adotará minuta padronizada **Modelo 15 – Pregão Eletrônico Registro de Preços para a Aquisição de Bens Comuns Por Item (Modelo aquisição de medicamentos)** para esta contratação.

Esta minuta padrão foi aprovada pela Procuradoria do Município na data indicada na assinatura eletrônica.

A licitação será processada pelo portal Pregão Online Bannisul, acessível pelo endereço <https://pregaobannisul.com.br/>. Sendo de inteira responsabilidade do



Município de São Jerônimo/RS

Coordenadoria de Licitações e Contratos

licitante a conclusão dos cadastros e demais tramites necessários para poder utilizar o portal para participar das licitações.

1. CREDENCIAMENTO

1.1 As empresas que desejarem participar do referido "PREGÃO" devem acessar o sítio www.pregaobanrisul.com.br necessitando estar credenciadas junto a Seção de Cadastro da CELIC (Central de Licitações/RS), podendo ser acessada pelo sítio www.celic.rs.gov.br.

1.2 O credenciamento dos Licitantes dar-se-á pelas atribuições de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível para acesso ao sistema obtidos junto à Seção de Cadastro da Central de Licitações do Estado do Rio Grande do Sul – CELIC, de acordo com as regras daquele órgão.

1.3 O credenciamento junto ao provedor do sistema (CELIC) implica a responsabilidade legal do Licitante ou de seu representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico, sendo a licitante responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras a sua proposta e lances.

1.4 O uso da senha de acesso pelo Licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Município de SÃO JERÔNIMO, à CELIC, à PROCERGS ou ao BANRISUL responsabilidade por eventuais danos causados por uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

1.5 A perda da senha ou quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente à Seção de Cadastro da CELIC e a Coordenadoria de Licitações e Contratos do Município, para imediato bloqueio de acesso.

1.6 A participação na presente disputa evidencia ter o proponente examinado todos os termos deste edital e seus anexos aceitando irretratavelmente suas exigências por declaração aceita quando do envio de sua proposta inicial pelo sistema eletrônico. O licitante, para participar do certame, deverá declarar em campo eletrônico próprio do sistema as seguintes Declarações:

1.6.1 que a licitante tem conhecimento e atende a todas as exigências de habilitação e especificações técnicas previstas neste edital;

1.6.2 que a licitante assume o compromisso de guardar todos os documentos originais/autenticados, anexados eletronicamente pelo prazo de 10 (dez) anos, e apresentá-los quando requeridos pela Administração Pública;

1.6.3 que os documentos anexados eletronicamente ou apresentados para digitalização no ato da assinatura de ata de registro de preço, se for o caso, são fiéis aos originais e válidos para todos os efeitos legais, incorrendo nas sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/21, conforme a legislação



Município de São Jerônimo/RS

Coordenadoria de Licitações e Contratos

aplicável, em caso de declaração falsa, sem prejuízo da responsabilização civil e criminal;

1.6.4 que a licitante não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, conforme previsto no inciso VI do art. 68 da Lei Federal 14.133/2021 (inciso XXXIII do art. 70 da Constituição Federal);

1.6.5 que a licitante tem conhecimento acerca das condutas passíveis de penalidades elencadas no Edital, de acordo com a modalidade, e aquelas previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/21, conforme legislação aplicável;

1.6.6 que até a presente data inexistem fatos impeditivos à sua participação, salvo disposição extraordinária prevista em lei específica;

1.6.7 que a licitante cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (art. 63, IV);

1.6.8 que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes.

1.7 Será vedada a participação de empresas na licitação quando:

1.7.1 Declaradas inidôneas por ato do Poder Público;

1.7.2 Impedidas de contratar ou licitar com a Administração Pública;

1.7.3 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

1.7.4 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

1.7.5 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;

1.7.6 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;



Município de São Jerônimo/RS

Coordenadoria de Licitações e Contratos

1.7.7 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista. 1.8 A participação de pessoas físicas, consórcios, cooperativas e empresas em recuperação judicial possuem requisitos adicionais trabalhados em título próprio neste edital.

2. PROPOSTAS

Do Envio das Propostas

2.1 As propostas e documentos de habilitação deverão ser enviados exclusivamente pelo meio eletrônico, até a data e horário estabelecidos neste edital.

2.2 O envio da proposta representa o aceite das condições do edital e todos os seus anexos.

2.3 A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras a sua proposta e lances.

2.4 A Proposta de Preço deverá constar expressamente, **os valores unitários e totais** dos itens, em moeda nacional, **bem como a marca do produto**. Caso o produto não detenha uma marca comercial poderá ser indicado "Fabricação Própria" ou a razão social do produtor.

2.5 Nos preços deverão estar contempladas quaisquer vantagens, abatimentos, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, que eventualmente incidam sobre a operação ou, ainda, toda e qualquer despesa que venha a incidir sobre o preço dos serviços.

2.6 Apresentada proposta com mais de quatro casas decimais os valores serão arredondados para baixo.

2.7 Constatada a existência de proposta possivelmente inexequível, o Pregoeiro solicitará que o licitante demonstre a exequibilidade da proposta, caso não demonstrada, a proposta será desclassificada.

2.8 A licitante deverá fornecer em sua proposta e-mail e telefones atualizados para contato, além do código do banco ou ISPB, agência bancária e número da conta corrente bem como o seu CNPJ/CPF, para que sejam efetuados os pagamentos dos produtos/serviços. A conta corrente indicada deverá ser de titularidade da pessoa física ou jurídica proponente.

2.9 A validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da sessão pública do Pregão. Independente se a proposta informar prazo menor diverso.

2.9.1 Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

2.10 Será considerada aceitável a proposta que:

Telefones: (51) 3651-1744 – (51) 995 852 675 – E-mail: licitacoes@saojeronimo.rs.gov.br
CNPJ 88.117.700/0001-01 - Rua Cel. Soares de Carvalho, 558, São Jerônimo - RS



Município de São Jerônimo/RS

Coordenadoria de Licitações e Contratos

- 2.10.1 atenda a todos os termos deste Edital;
- 2.10.2 contenha preço compatível com os praticados no mercado.
- 2.10.3 contenha todas as declarações necessárias.

2.11 Serão desclassificadas as propostas que:

- 2.11.1 contiverem vícios insanáveis;
- 2.11.2 não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
- 2.11.3 apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;
- 2.11.4 não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 2.11.5 apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

2.12 Junto a proposta o licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema, que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

2.13 No momento do envio da proposta, o licitante deverá prestar, por meio do sistema eletrônico, as declarações indicadas no item 1.6.

2.14 Caso o Pregoeiro solicite documentos adicionais em sede de diligência, os mesmos deverão ser enviados via e-mail.

2.15 Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

3. DA FASE DE LANCES

3.1 No dia e hora indicados no preâmbulo deste Edital, o Pregoeiro abrirá a sessão pública, com a divulgação das propostas de preço recebidas, as quais devem estar em perfeita consonância com o edital e com o Termo de Referência.

3.1.1. Devido a limitações técnicas da plataforma de pregão eletrônico, em licitações com mais de 20 itens, serão abertas inicialmente as disputas dos itens 1 ao 20, e as demais ficarão aguardando. Conforme encerrada uma disputa, será iniciada a do próximo item aguardando.

3.1.2 É responsabilidade do participante permanecer online e na sala aguardando o início dos itens que tem interesse em participar da disputa.

3.2 As propostas classificadas serão ordenadas pelo sistema e o pregoeiro dará início à fase competitiva, oportunidade em que os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.



Município de São Jerônimo/RS

Coordenadoria de Licitações e Contratos

3.3 Somente poderão participar da fase competitiva os autores das propostas classificadas.

3.4 Os licitantes poderão oferecer lances públicos e sucessivos (disputa aberta) e serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do seu autor, observando o horário fixado para duração da etapa competitiva, e as seguintes regras:

3.4.1 O licitante será imediatamente informado do recebimento do lance e do valor consignado no registro.

3.4.2 O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

3.4.3 Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

3.4.4 Será permitida a apresentação de lances intermediários.

3.4.5 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta

3.4.6 Serão considerados intermediários os lances iguais ou superiores ao menor já ofertado.

3.4.7 O **VALOR UNITÁRIO DO ITEM** será considerado para a fase de lances. A diferença entre **cada lance não poderá ser inferior a 0,50% (zero, cinquenta por cento)**.

3.4.8 Serão considerados intermediários os lances iguais ou superiores ao menor já ofertado.

3.4.9 Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a Administração poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

3.5 A etapa competitiva, de envio de lances na sessão pública, durará 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

3.6 A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

3.7 Na hipótese de não haver novos lances, a sessão pública será encerrada automaticamente.

3.8 Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.



Município de São Jerônimo/RS

Coordenadoria de Licitações e Contratos

3.9 Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

3.10 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro horas) após a comunicação expressa aos participantes.

3.11 O Pregoeiro poderá suspender, cancelar ou reabrir a sessão pública a qualquer momento.

3.12 Definido o resultado do julgamento, a Administração poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado.

3.13 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

3.14 A negociação será realizada junto ao sistema de Chat da plataforma do pregão eletrônico, ficando pública após definido o vencedor.

3.15 Incumbirá a licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócio diante de inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

3.16 O Pregoeiro anunciará o Licitante de melhor lance, imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após negociação e decisão acerca da aceitação do lance de menor valor.

3.17. Em caso de empate, será assegurada a preferência a empresas ME/EPP na forma da Lei Complementar 123/2006. Permanente o empate, a decisão pelo licitante vencedor ocorrerá na ordem do art. 60 da lei 14.133/2021.

3.17.1 Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada. Ocorrendo o empate ficto previsto neste item, proceder-se-á da seguinte forma:

3.17.1.1 a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

3.17.1.2 não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem como ME/EPP, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

3.17.1.3 no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no



Município de São Jerônimo/RS

Coordenadoria de Licitações e Contratos

intervalo de 5%, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

3.18. Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no item anterior, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

3.19. Somente será considerado o empate ficto quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

4. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

4.1. Para fins de julgamento será considerado o **preço unitário por item** ofertado até, no máximo, **quatro casas decimais**.

4.2. Não serão aceitas propostas acima do preço máximo estabelecido no Termo de Referência.

4.3. A licitante deverá fornecer em sua proposta o código do banco ou ISPB, agência bancária e número da conta corrente bem como o seu CNPJ/CPF, para que sejam efetuados os pagamentos dos produtos/serviços.

4.4. A empresa melhor classificada após a fase de lances será declarada classificada e provisoriamente vencedora do certame, devendo anexar junto ao sistema eletrônico, em campo próprio, a proposta com os valores finais e atualizados no prazo de 120 (cento e vinte) minutos, constatada a ausência de proposta no sistema, o prazo será prorrogado uma única vez por igual período.

4.4.1. O prazo poderá ser ampliado ou prorrogado pelo Agente de Contratação na ocorrência de problemas técnicos ou devido à complexidade do objeto.

4.5. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos no orçamento base da licitação, incluindo os preços unitários por item, sob pena de desclassificação dos que mantiverem o preço máximo acima do estabelecido neste Edital.

4.6. A ausência da declaração prevista no item 2.12 poderá ser sanada junto à apresentação da proposta final, prevista no item 4.4.

4.7. Os atos realizados dentro do sistema eletrônico serão abertos exclusivamente dentro do horário de expediente da Prefeitura Municipal, das 09h às 12h e das 13h às 16h. É de inteira responsabilidade da licitante acompanhar os prazos e movimentações do certame, não cabendo à Administração Pública qualquer responsabilidade por eventual perda de prazo ou falta de acompanhamento por parte da licitante.

5. HABILITAÇÃO

5.1 Os documentos de habilitação serão exigidos somente do licitante 1º classificado. Em caso de inabilitação ou descumprimento, serão exigidos do próximo



Município de São Jerônimo/RS

Coordenadoria de Licitações e Contratos

convocado e assim sucessivamente. Em sendo habilitado, o Licitante será considerado vencedor.

5.1.1 O tempo de apresentação dos documentos de habilitação será de 120 (cento e vinte) minutos, constata a ausência de algum documento, o prazo será prorrogado uma única vez por igual período.

5.1.2 O prazo poderá ser ampliado ou prorrogado pelo Agente de Contratação na ocorrência de problemas técnicos ou devido à complexidade do objeto.

5.2 Todas as certidões dever ser apresentadas com prazo de validade vigente. As que não tenham prazo de validade expresso em seu corpo ter-se-ão como válidas pelo período de 90 (noventa) dias, a contar da sua emissão.

5.3 Em caráter de diligência, a documentação remetida via sistema eletrônico poderá ser solicitada em forma original ou cópia autenticada, a qualquer momento, devendo ser entregues em até 3 (três) dias úteis a contar da mesma convocação, na Prefeitura Municipal, sito a Rua Cel. Soares de Carvalho, nº 558, Centro, São Jerônimo/RS, informações para contato via telefones (51) 36511744, (51) 995852675 e E-mail licitacoes@saojeronimo.rs.gov.br.

5.4 Sob pena de inabilitação, os documentos encaminhados deverão estar em nome da licitante, com indicação do número de inscrição no CNPJ.

5.5 Quanto aos documentos relacionados, não serão aceitos protocolos referentes à solicitação feita às repartições competentes ou cópias ilegíveis, ainda que autenticadas.

5.6 A verificação da autenticidade de documentos pela equipe de apoio, bem como pelo Pregoeiro, nos sites oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, constitui meio legal de prova para fins de habilitação.

5.7 Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa, efetuada por tradutor juramentado, e também devidamente consularizados ou registrados no cartório de títulos e documentos.

5.8 Tratando-se de filial, os documentos de habilitação deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

5.9 Será aceito o CERTIFICADO de Registro Cadastral – CRC, emitido pela CELIC válido na data de apresentação das propostas, em substituição aos documentos de habilitação.

5.10 Caso seja apresentado cadastro da Central de Licitações do Estado do Rio Grande do Sul – CELIC (www.celic.rs.gov.br > Cadastro de Fornecedores), este substituirá apenas os documentos que contemple, desde que estejam vigentes.

5.11 Neste caso, a licitante deverá apresentar o Certificado de Fornecedor do Estado e o Anexo respectivo.



Município de São Jerônimo/RS

Coordenadoria de Licitações e Contratos

5.12 No caso de a empresa ser declarada inabilitada, o Pregoeiro convocará a próxima empresa conforme a ordem de classificação da etapa de lances.

5.13 Os atos realizados dentro do sistema eletrônico serão abertos exclusivamente dentro do horário de expediente da Prefeitura Municipal, das 09h às 12h e das 13h às 16h. É de inteira responsabilidade da licitante acompanhar os prazos e movimentações do certame, não cabendo à Administração Pública qualquer responsabilidade por eventual perda de prazo ou falta de acompanhamento por parte da licitante.

Documento de Habilitação

Habilitação Jurídica

5.13 O licitante melhor classificado deverá apresentar um dos seguintes documentos:

- 5.13.1. cópia do registro comercial, no caso de empresa individual;
- 5.13.2. cópia do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais ou cooperativas e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- 5.13.3. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF);
- 5.13.4. cópia do decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- 5.13.5. Documento de Identidade dentro do prazo de validade, caso seja licitante pessoa física e não tenha utilizado documento de identificação para atender o item 5.14.1 do edital.
- 5.13.6. Em caso de serviço prestado por profissional liberal, deverá ser anexado cópia do registro profissional que a autorização para o exercício da atividade a ser contratada.

Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

5.14 O licitante melhor classificado deverá apresentar:

- 5.14.1. comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), se o licitante for pessoa natural, ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), se o licitante for pessoa jurídica;
- 5.14.2. comprovante de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;



Município de São Jerônimo/RS

Coordenadoria de Licitações e Contratos

5.14.3. Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND) em se tratando de pessoa jurídica. Quando o licitante contribuinte individual, se houver, deverá apresentar adicionalmente a Declaração de Regularidade de Situação do Contribuinte Individual (DRS-CI).

5.14.4. Certidão Negativa de Débitos Estadual da sede do licitante.

5.14.5. Certidão Negativa de Débitos Municipal da sede do licitante.

5.14.6. Certificado de Regularidade junto ao FGTS - CRF.

5.14.7. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

5.14.8. Declaração que não emprega não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesesseis anos, salvo na condição de menor aprendiz.

5.14.8.1. A licitante estará dispensada da apresentação desta declaração caso tenha registrado previamente a informação no campo específico do sistema.

Qualificação Financeira

5.15 O Termo de Referência anexo a este edital indicará a qualificação financeira necessária, observando as demais disposições deste edital.

5.16 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

5.17 Caso a pessoa jurídica tenha sido constituída a menos de 2 (dois) anos, a apresentação de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício financeiro.

5.18 Caso o participante seja **Pessoa Física deverá apresentar ainda certidão negativa de insolvência civil** emitida pelo Tribunal de Justiça do seu estado de residência.

Da Qualificação Técnico-Profissional

5.19 O Termo de Referência anexo a este edital indicará a qualificação técnico-profissional necessária, observando as demais disposições deste edital.

5.20 No caso de participação de empresas estrangeiras, a eventual exigência de registro ou inscrição na entidade profissional competente será dispensada até o momento de assinatura do contrato, quando deverá ser comprovada a solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

Das Declarações



Município de São Jerônimo/RS

Coordenadoria de Licitações e Contratos

5.21 O licitante deverá declarar:

5.21.1. O cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital, respondendo o declarante pela veracidade das suas informações, na forma da lei.

5.21.2. Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.21.2.1. A licitante estará dispensada da apresentação desta declaração caso tenha registrado previamente a informação no campo específico do sistema.

5.21.3. Quando for micro empresa ou empresa de pequeno porte, o cumprimento dos requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, microempreendedor individual, produtor rural pessoa física, agricultor familiar ou sociedade cooperativa de consumo, se for o caso, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 ao 49 da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006.

5.21.4. Quando for micro empresa ou empresa de pequeno porte, declaração de observância do limite de R\$ 4.800.000,00 na licitação, limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

6. IMPUGNAÇÕES E RECURSOS

Da Impugnação ao Edital

6.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

6.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

6.3 As impugnações e os pedidos de esclarecimentos deverão ser realizados por forma eletrônica, diretamente no Portal de Compras do Pregão Online Bannrisul (<https://www.pregaobanrisul.com.br>).

6.4 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

6.4.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.



Município de São Jerônimo/RS

Coordenadoria de Licitações e Contratos

6.5 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame. Exceto quando o ponto acolhido não comprometer a formulação das propostas, quando será mantido o prazo original.

Dos Recursos

6.6 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.7 O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

6.8 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante, será observado:

6.8.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

6.8.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de 10 (dez) minutos.

6.8.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

6.8.4 na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

6.9 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

6.10 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, ou a quem ele delegar, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

6.11 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

6.12 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

6.13 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

6.14 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

6.15. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no Portal do Pregão Online Banrisul, bem como poderão ser solicitados através do e-mail: licitacoes@saojeronimo.rs.gov.br.



Município de São Jerônimo/RS

Coordenadoria de Licitações e Contratos

6.16 As demais solicitações formais da contratada, tais como: pedidos prorrogação, alteração de dados, reequilíbrio econômico-financeiro, trocas de marca, entre outros deverão ser protocolizados junto ao setor de Protocolo, no horário das 09h às 12h e das 13h às 15h, na Av. Rio Branco, nº 478, Centro, São Jerônimo/RS, (51) 3651-1008, ou através do e-mail tributos@saojeronimo.rs.gov.br e endereçadas ao gestor do contrato/ata de registro de preços.

7. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Formalização e cadastro de reserva

7.1 Após a homologação da licitação deverão ser observadas as seguintes condições para a formalização da ata de registro de preços:

7.1.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, observado o disposto no inciso IV do caput do art. 15 do Decreto Municipal 5.396/2024;

7.1.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

7.1.2.1. dos licitantes ou dos fornecedores que aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação na licitação;

7.1.2.2. dos licitantes ou dos fornecedores que mantiverem sua proposta original, desde que dentro do valor máximo aceitável definido no Termo de Referência.

7.1.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

7.1.4. O registro a que se refere o inciso II do item 7.1 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva, para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

7.1.5. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores de que trata a alínea "a" do inciso II do item 7.1 antecederão aqueles de que trata a alínea "b" do referido inciso.

7.1.6. A habilitação dos licitantes que compõem o cadastro de reserva a que se referem o inciso II do 7.1 e o 7.1.1 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

7.1.6.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

7.1.6.2. Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto Municipal 5.396/2024.

7.1.6.3. Quando o fornecedor não aceitar a prorrogação da ata de registro de preços.



Município de São Jerônimo/RS

Coordenadoria de Licitações e Contratos

7.1.7 O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

Assinatura

7.2 Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços no prazo de 03 dias úteis, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

7.2.1 O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado desde que a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo, e a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

7.2.2 A ata de registro de preços será preferencialmente assinada por meio de assinatura eletrônica avançada ou qualificada na forma da Lei nº 14.063/2020.

7.2.3 A validação das assinaturas eletrônicas se dará através do site <https://validar.iti.gov.br/>.

7.3 Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo estabelecido neste edital, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

7.3.1. Na hipótese de nenhum dos licitantes do cadastro reserva aceitar a contratação nos termos do disposto no caput deste artigo, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

7.3.1.1 Convocar os licitantes de que trata a alínea "b" do inciso II do item 7.1 do edital para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

7.3.1.2 Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

7.4 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

Vigência da ata de registro de preços

7.5. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de um ano, contado do primeiro dia útil subsequente à sua publicação no Diário Oficial do Município ou outra data posterior eventualmente informada no Termo de Referência, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso.



Município de São Jerônimo/RS

Coordenadoria de Licitações e Contratos

7.5.1 No caso de prorrogação do prazo de vigência da ata de registro de preços, as quantidades registradas serão renovadas.

7.5.2 O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida na forma prevista no art. 36.

Contratos decorrentes da ata de registro de Preços

7.6 O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

Vedação a acréscimos de quantitativos

7.7 Fica vedado efetuar acréscimos nos quantitativos estabelecidos na ata de registro de preços.

Controle e gerenciamento

7.8 O controle e o gerenciamento das atas de registro de preços serão realizados pelo Departamento de Compras.

Da Cotação de Quantidades Mínimas

7.9 Havendo previsão no Termo de Referência da possibilidade do licitante ofertar valores abaixo da quantidade máxima prevista para a ata de registro de preços, deverão ser observadas as disposições a seguir:

7.9.1 O licitante obriga-se no fornecimento somente das quantidades por ele ofertadas.

7.9.2 A quantidade da proposta não poderá ser inferior a quantidade mínima prevista no Termo de Referência.

7.9.3 O licitante será classificado na mesma lista geral dos demais participantes, ocupando a posição classificatória respectiva ao valor da sua proposta.

7.9.4 Esgotadas as quantidades oferecidas, a administração poderá consultar o fornecedor se deseja continuar fornecendo para a ata, desta forma, se obrigará a garantir, pelo menos, a quantidade mínima novamente.

7.9.5 Esgotadas as quantidades oferecidas, caso o Licitante não tenha interesse em continuar o fornecimento nas mesmas condições, será liberado de seu compromisso.

8. PENALIDADES

8.1 O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

8.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;



Município de São Jerônimo/RS

Coordenadoria de Licitações e Contratos

8.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

8.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

8.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

8.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

8.1.6. não celebrar o a ata ou contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

8.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

8.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

8.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

8.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

8.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

8.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item 8.1 deste edital as seguintes sanções:

8.2.1. advertência;

8.2.2. multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;

8.2.3. impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

8.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

8.3 A pena de multa poderá aplicada cumulativamente com as demais sanções.

8.4 A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções.

8.5 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda



Município de São Jerônimo/RS

Coordenadoria de Licitações e Contratos

desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada administrativa e judicialmente.

8.6 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

8.7 Na aplicação da sanção de advertência, o fiscal notificará o contratado das irregularidades identificadas e lhe oportunizará a correção ou a defesa escrita no prazo de 5 dias úteis. Apresentada defesa, o gestor decidirá pela aplicação ou não da sanção, ou poderá ampliar o prazo para correção do problema caso a defesa escrita demonstra a impossibilidade de concluir em 5 dias.

8.8 Na aplicação da sanção de multa o fiscal notificará o contratado, indicando o valor exato da multa e as razões que levaram a sua fixação e dimensionamento, para que efetue o pagamento ou apresente defesa escrita no prazo de 15 dias úteis, contados da intimação. Apresentada defesa, o gestor decidirá pela manutenção da multa, pela redução do valor ou pela sua inaplicabilidade.

8.9 Para aplicação das penas de impedimento de licitar e declaração de inidoneidade será aberto processo de responsabilização, na forma da Lei Municipal nº 4.117/2022 e art. 158 da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.10 Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação. No caso de advertência, o prazo de será reduzido para 5 dias úteis.

8.11 Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

8.12 A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.13 É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

8.13.1. reparação integral do dano causado à Administração Pública;

8.13.2. pagamento da multa;

8.13.3. transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

8.13.4. cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;



Município de São Jerônimo/RS

Coordenadoria de Licitações e Contratos

8.13.5. análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

9. FISCALIZAÇÃO E GESTÃO

9.1 O Termo de Referência disporá da rotina e modo de fiscalização.

9.2 Após a conclusão do serviço ou da parcela, a Nota Fiscal deverá ser encaminhada ao fiscal, que promoverá conjuntamente ao agente gerenciado a conferência do atendimento às condições da contratação e posteriormente a liquidação da despesa.

9.3 O fornecedor será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.

9.4 A Administração tem a prerrogativa de fiscalizar o cumprimento satisfatório do objeto da presente licitação, por meio de seus agentes designados para tal função, conforme o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021 e regulamentos municipais.

10. FORMA DE ENTREGA

10.1 A empresa vencedora obriga-se a entregar os produtos no local, de acordo com a legislação vigente e conforme as especificações constantes no edital, Termo de Referência e demais anexos que o acompanharem.

10.2 O Termo de Referência ou instrumento contratual indicará os endereços, prazos e condições de entrega.

11. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

11.1 Os prazos, formas e condições de pagamento submetem-se a regulação do Decreto Municipal 5.394, de 10 de janeiro de 2024.

11.2 O pagamento será efetuado por contra empenho, após a execução do serviço ou da parcela, e mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura.

11.3 O documento fiscal emitido pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do processo, número do pregão eletrônico e da ordem de fornecimento, a fim de se acelerar o trâmite de recebimento do material e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

11.4 Entregue as notas fiscais, o município terá o prazo de **10 dias úteis para liquidação**, isso é, verificar o atendimento as disposições do edital gerando o direito a receber o pagamento e sua efetiva entrega na Coordenadoria de Contabilidade.

11.5 O prazo de liquidação poderá ser excepcionalmente prorrogado, justificadamente, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.



Município de São Jerônimo/RS

Coordenadoria de Licitações e Contratos

11.6 Após a liquidação, o município efetuará o pagamento no prazo de até 10 dias úteis na conta corrente informada na proposta.

11.7 Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão corrigidos monetariamente pelo IPCA do período, ou outro índice que vier a substituí-lo, e a Administração pagará a contratada com juros de 0,5% ao mês, pro rata.

11.7.1. O atraso de pagamento só será considerado se a Administração der causa ao mesmo;

11.7.2. A contagem do prazo para liquidação se inicia com o recebimento do Documento Fiscal pelo Fiscal ou Gestor da contratação.

11.7.3. A contagem do prazo para pagamento se inicia com o recebimento do Documento Fiscal na Coordenadoria de Contabilidade.

11.8 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins de transcurso de prazo previsto para liquidação e pagamento.

11.9 Previamente ao pagamento, a Administração deve verificar a manutenção das condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta.

11.10 Verificadas quaisquer irregularidades que impeçam o pagamento, o fornecedor será notificado para saná-las. A permanência da condição de irregularidade, sem a devida justificativa ou com justificativa não aceita pela Administração, pode culminar em rescisão contratual, sem prejuízo da apuração de responsabilidade e da aplicação de penalidades cabíveis, observado o contraditório e a ampla defesa.

11.11 Somente serão pagos os valores correspondentes aos bens/serviços efetivamente entregues/realizados e atestados.

11.12 O Município poderá proceder à retenção do INSS, ISS e IRRF, quando for o caso, nos termos da legislação em vigor, devendo, para tanto, a licitante vencedora discriminar na NOTA FISCAL/FATURA o valor correspondente aos referidos tributos.

12. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

12.1 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

12.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;



Município de São Jerônimo/RS

Coordenadoria de Licitações e Contratos

12.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados; ou

12.1.3. A contratada poderá ter seus preços reajustados pelo IPCA ou pelo índice que lhe vier a substituir, caso seja transcorrido o prazo de 12 (doze) meses, a contar da data do orçamento estimado, assim definido pela data de emissão do Termo de Pesquisa de Preços mais recente no processo, até o adimplemento da parcela.

12.2 Não fará jus ao reajuste financeiro e reequilíbrio contratual no caso de atividade por escopo que o atraso tenha sido ocasionado pela contratada.

12.2.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto no item 12.1.3 do Edital.

12.2.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

12.3 Os pedidos de reequilíbrio, reajustamento e/ou repactuação serão decididos no prazo de 1 mês contados do recebimento do pedido pelo agente gerenciador, podendo ser prorrogado conforme a necessidade da Administração.

13. REGRAS ESPECIAIS DE PARTICIPAÇÃO NO CERTAME

Participação de ME/EPP/MEI

13.1 Os licitantes que declararem, eletronicamente, em campo próprio do sistema, quando do envio da proposta inicial, o enquadramento social que trata este item, devidamente comprovado conforme estabelece o presente Edital, terão tratamento diferenciado e favorecido nos termos da Lei Complementar Federal nº 123/2006, de acordo com o artigo 4º da Lei Federal nº 14.133/2021.

13.2 A apresentação da declaração de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte será feita na forma eletrônica bem como a declaração de que no ano calendário de realização desta licitação ainda não tenha celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como Empresa de Pequeno Porte.

13.2.1 Em se tratando de licitação de ampla concorrência, o licitante que deseja se utilizar dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, deverá declarar em campo próprio do sistema o seu enquadramento como ME/EPP. Caso não declare, decairá o direito de se valer dos benefícios que são operacionalizados pelo sistema utilizado para o pregão eletrônico.

13.3 As microempresas e as empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.



Município de São Jerônimo/RS

Coordenadoria de Licitações e Contratos

13.4 Havendo alguma restrição na comprovação da **regularidade fiscal e trabalhista**, será assegurado o **prazo de 5 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

13.5 A não-regularização da documentação, no prazo previsto no item anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital pela não apresentação de documentos necessários ao certame, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

13.6 A obtenção de benefícios a que se refere a Lei Complementar nº 123/2006 fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

13.7 A regulamentação dos benefícios previstos no Art. 44 da Lei Complementar 123/2006 encontra-se disposta no título Da Fase de Lances deste Edital.

13.8 As declarações de enquadramento como ME/EPP/MEI e observância dos limites, deverão ser apresentadas no momento da habilitação.

Participação de Consórcios

13.9 Os consorciados deverão observar todas as disposições referentes aos participantes individuais, acrescidos das disposições a seguir.

13.10 Apresentar junto a habilitação compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados.

13.11 O termo de compromisso deverá indicar a empresa líder do consórcio que será a representante perante a Administração.

13.12 Quando for exigido, para efeitos de habilitação técnica será admitido o somatório dos quantitativos de cada consorciado.

13.13 Em caso de apresentação por licitante de atestado de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte, se o atestado ou o contrato de constituição do consórcio não identificar a atividade desempenhada por cada consorciado individualmente, serão adotados os seguintes critérios na avaliação de sua qualificação técnica:

13.13.1 caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio homogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada empresa consorciada na proporção quantitativa de sua participação no consórcio, salvo nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, em que todas as



Município de São Jerônimo/RS

Coordenadoria de Licitações e Contratos

experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada uma das empresas consorciadas;

13.13.2 caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio heterogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada consorciado de acordo com os respectivos campos de atuação, inclusive nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual.

13.14 Na hipótese do item 13.13.I, para fins de comprovação do percentual de participação do consorciado, caso este não conste expressamente do atestado ou da certidão, deverá ser juntada ao atestado ou à certidão cópia do instrumento de constituição do consórcio.

13.15 Quando for exigido, para efeitos de habilitação econômico-financeira será admitido o somatório dos valores de cada consorciado.

13.16 Para fins de habilitação econômico-financeira o somatório dos valores das empresas terá patamar diferenciado em relação aos participantes individuais. Sendo o percentual, ou a dispensa, definido no Termo de Referência. Em caso de omissão, o percentual considerado será de 10% acima.

13.17 Para consórcios compostos exclusivamente por microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei, não será exigido o acréscimo previsto no item 13.16 do edital.

13.18 A contar da assinatura do termo de compromisso todas as empresas integrantes do consórcio são responsáveis solidárias pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação como na execução do contrato.

13.19 O Termo de Referência poderá estabelecer limite máximo do número de empresas consorciadas.

13.20 No ato de assinatura do contrato o consórcio há deverá ter sido constituído e registrado nos mesmos termos do Compromisso De Constituição De Consórcio.

13.21 A substituição de consorciado deverá ser autorizado pela Administração, devendo ser demonstrado que a empresa iguala ou supera os mesmos quantitativos para efeitos de habilitação técnica e os mesmos valores para efeitos de qualificação econômico-financeira que a empresa substituída.

Participação de Cooperativas

13.22 As cooperativas constituídas e funcionando em observância às regras da legislação aplicável, em especial a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, a Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, e a Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009 poderão participar dos processos licitatórios.

13.23 A Cooperativa deverá anexar junto aos documentos de habilitação demonstrativo de atuação em regime cooperado, demonstrando a repartição de receitas e despesas entre os cooperados. O Pregoeiro poderá, em sede de diligência, solicitar documentos adicionais.



Município de São Jerônimo/RS

Coordenadoria de Licitações e Contratos

13.24 Fica vedado a Administração indicar ou sugerir, mesmo que consultada, qual cooperado deverá fornecer o bem ou prestar o serviço, cabendo a gestão da cooperativa a escolha do(s) cooperado(s) que detenham capacidade de atender ao edital.

Participação de Empresas em Recuperação Judicial

13.25 Será admitida a participação de empresas em processo de recuperação judicial, mediante apresentação dos seguintes documentos relativos à habilitação:

13.25.1. Certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da licitante;

13.25.2. Plano de recuperação judicial homologado e vigente;

13.25.3. A recuperação judicial homologada não dispensa a apresentação dos documentos de habilitação. Salvo as certidões negativas eventualmente dispensadas judicialmente na forma do artigo 52, II da lei 11.101, de 9 de fevereiro de 2005.

13.25.4. Autorização do juízo em que tramita o procedimento da recuperação judicial certificando que a empresa está apta econômica e financeiramente a suportar o cumprimento de um futuro contrato com a administração pública, levando em consideração o objeto a ser contratado neste certame.

Participação de Pessoas Físicas

13.26 Para efeito deste Decreto, considera-se pessoa física todo o trabalhador autônomo, sem qualquer vínculo de subordinação para fins de execução do objeto da contratação pública, incluindo os profissionais liberais não enquadrados como sociedade empresária ou empresário individual, nos termos das legislações específicas, que participa ou manifesta a intenção de participar de processo de contratação pública, sendo equiparado a fornecedor ou ao prestador de serviço que, em atendimento à solicitação da Administração, oferece proposta.

13.27 Os preços da proposta da pessoa física deverão considerar a necessidade do acréscimo de 20% no valor da contratação a título de contribuição patronal à Seguridade Social. Será suprimido da proposta final o percentual de 20% e recolhido o valor à previdência social no momento do pagamento do fornecedor.

12.28 O documento fiscal emitido não deverá incluir o valor da contribuição patronal.

Da Subcontratação

13.29 O Termo de Referência disporá sobre a autorização ou não da subcontratação para execução do objeto da licitação.

13.30 Caso seja autorizada a subcontratação de parcela que demande habilitação técnica na forma do Termo de Referência e deste edital, deverão ser apresentados os documentos referentes à subcontratada.



Município de São Jerônimo/RS

Coordenadoria de Licitações e Contratos

13.31 A empresa subcontrata deverá efetivamente prestar o serviço indicado, vedada sua substituição sem a autorização expressa da administração, onde serão verificados os documentos de habilitação técnica referente a nova subcontratada.

13.32 Será vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.

14. DA CONTRATAÇÃO COM FORNECEDORES REGISTRADOS

Formalização

14.1. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por meio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o disposto no art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.1.1 Os instrumentos de que trata o caput serão assinados no prazo de validade da ata de registro de preços.

14.2 Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.3 A vigência dos contratos decorrentes do sistema de registro de preços será estabelecida no instrumento próprio, observado o disposto no art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

15. DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1 A proponente que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, por conveniência da Administração, dentro do limite permitido pelo artigo 125 da Lei nº 14.133/2021, sobre o valor inicial atualizado do contratado.

15.2 O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.

15.3 Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

15.4 Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.



Município de São Jerônimo/RS

Coordenadoria de Licitações e Contratos

15.5 Caso venha a verificar-se qualquer divergência nas informações constantes da proposta de preços, pertinentes a valores expressos em algarismos e por extenso, prevalecerá, para todos os efeitos, o registro efetuado por extenso.

15.6 Nenhuma indenização será devida ao Licitante pela apresentação de documentação ou proposta relativa a esta Licitação.

15.7 Os Licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados.

15.8 As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os Licitantes, desde que, não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

15.9 As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos Licitantes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento. Presumem-se recebidos os e-mails enviados para os endereços fornecidos junto à proposta.

15.10 É facultado ao Pregoeiro, ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

15.11 A ata de registro de preços disporá sobre as condições para adesão aos preços registrados por órgãos e entidades não participantes.

15.12 As dúvidas de ordem técnica, bem como aquelas decorrentes de interpretação do Edital deverão ser dirigidas por escrito ao Pregoeiro, através do e-mail: licitacoes@saojeronimo.rs.gov.br com antecedência mínima de 02 (dois) dias da data marcada para a abertura da sessão pública.

15.13 Os questionamentos recebidos e as respectivas respostas, encontrar-se-ão à disposição dos interessados no site: www.pregaoonlinebanrisul.com.br e/ou no site: www.saojeronimo.rs.gov.br.

15.14 Fica eleito o Foro da Comarca de São Jerônimo para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e do contrato dela decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

A assessoria jurídica do município realizou a análise jurídica das cláusulas padronizadas deste documento, sendo ao final aprovadas.

Documento assinado digitalmente
gov.br CRISLEI DE SOUZA LIMA
Data: 04/04/2025 14:35:17-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

CRISLEI LIMA
Assessora Jurídica
OAB/RS 101.877



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO – RS

TERMO DE REFERÊNCIA

Sistema Registro de Preços

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. O objeto deste Termo de Referência é registro de preços para aquisição de medicamentos e insumos para distribuição na farmácia municipal e uso no setor de proteção animal, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

N.º	DESCRIÇÃO	CATMAT	PDM	UN.	Qnt. Mínima a ser cotada	Qnt. Máxima a ser cotada
01	Acebrofilina Concentração: 5MG/ML Forma Farmacêutica: Xarope Descrição Complementar: Frasco com 120 ML	448838	14456	FR	1.000	1.000
02	Aciclovir Dosagem: 200 MG	268370	363	COM	27.000	27.000
03	Aciclovir Dosagem: 50 MG/G Uso: Creme Descrição Complementar: Bisnaga com 10 G	268375	363	BG	400	400
04	Ácido Acetilsalicílico Dosagem: 100 MG	267502	353	COM	225.000	225.000
05	Ácido Fólico Dosagem: 5 MG	267503	354	COM	27.000	27.000
06	Ácido Fólico Dosagem: 0,2 MG/ML Uso: Solução Oral – Gotas Descrição Complementar: Frasco com 30 ML	278489	354	FR	100	100
07	Ácido Valpróico Dosagem: 250 MG	267504	2036	CAP	252.000	252.000
08	Ácido Valpróico Dosagem: 500 MG	267505	2036	COM	50.400	50.400
09	Albendazol Dosagem: 400 MG Descrição Complementar:	267506	350	COM	2.400	2.400

Telefone: (51) 36511744 - E-mail: compras@saojeronimo.rs.gov.br

CNPJ 88.117.700/0001-01 - Rua Cel. Soares de Carvalho, 558 - São Jerônimo – RS CEP 96700-000

Página 1 de 30





PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO – RS

	Comprimido Mastigável					
10	Albendazol Dosagem: 40 MG/ML Uso: Suspensão Oral Descrição Complementar: Frasco com 10ML.	267507	350	FR	3.600	3.600
11	Alendronato de Sódio Dosagem: 70 MG	269462	2273	COM	2.800	2.800
12	Alopurinol Dosagem: 100 Mg	267508	2360	COM	24.000	24.000
13	Alopurinol Dosagem: 300 MG	267509	2360	COM	54.000	54.000
14	Amiodarona Dosagem: 200 MG	267510	2420	COM	14.500	14.500
15	Amitriptilina Cloridrato Dosagem: 25 MG	267512	5134	COM	350.000	350.000
16	Amoxicilina Concentração: 500 MG	271089	2436	CAP	55.000	55.000
17	Amoxicilina Concentração: 50MG/ML Apresentação: Pó para Suspensão Oral Descrição complementar: Frasco com 60ML	271111	2436	FR	3.900	3.900
18	Amoxicilina Princípio Ativo: Associada com Clavulanato de Potássio Concentração: 50 MG/ML+ 12,5 MG/ML Forma Farmacêutica: Suspensão Oral Descrição complementar: Frasco com 75 ML	448841	2436	FR	3.000	3.000
19	Amoxicilina Princípio Ativo: Associada com Clavulanato de Potássio Concentração: 500MG + 125MG	271217	2436	COM	60.900	60.900
20	Ampicilina Dosagem: 500 MG	267515	349	COM	6.000	6.000
21	Anlodipino Besilato Dosagem: 5 MG	272434	2411	COM	36.000	36.000

Telefone: (51) 36511744 - E-mail: compras@saojeronimo.rs.gov.br

CNPJ 88.117.700/0001-01 - Rua Cel. Soares de Carvalho, 558 - São Jerônimo – RS CEP 96700-000

Página 2 de 30





PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO – RS

22	Anlodipino Besilato Dosagem: 10 MG	268896	2411	COM	115.000	115.000
23	Atenolol Dosagem: 25 MG	267516	3106	COM	30.000	30.000
24	Atenolol Dosagem: 50 MG	267517	3106	COM	30.000	30.000
25	Azitromicina Dosagem: 40 MG/ML Apresentação: Suspensão Oral Descrição complementar: Frasco com 15 ML	268949	3167	FR	3.100	3.100
26	Azitromicina Dosagem: 500 MG	267140	3167	COM	19.500	19.500
27	Benzilpenicilina Apresentação: Benzatina Dosagem: 1.200.000 UI Uso: Injetável Descrição Complementar: Frasco-ampola pronto para uso ou com diluente, contendo 4ML	270612	365	FA	2.100	2.100
28	Biperideno Dosagem: 2 MG	270140	3567	COM	62.500	62.500
29	Biperideno Composição: Cloridrato Concentração: 5 MG/ML Forma Farmacêutica: Solução Injetável Descrição complementar: Ampola de 1 ML	396604	3567	AMP	150	150
30	Bisacodil Dosagem: 5 MG	269603	3570	COM	300	300
31	Captopril Concentração: 25MG	267613	4505	COM	48.000	48.000
32	Carbamazepina Dosagem: 20 MG/ML Apresentação: Suspensão Oral Descrição Complementar: Frasco com 100ML	272454	4509	FR	100	100
33	Carbamazepina Dosagem: 200 MG	267618	4509	COM	150.000	150.000

Telefone: (51) 36511744 - E-mail: compras@saojeronimo.rs.gov.br

CNPJ 88.117.700/0001-01 - Rua Cel. Soares de Carvalho, 558 - São Jerônimo – RS CEP 96700-000

Página 3 de 30





PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO – RS

34	Carbonato de Cálcio Dosagem: 500 MG de Cálcio Descrição Complementar: Comprimido 500 MG ou 1250 MG (equivalente a 500 MG de cálcio elementar)	270895	15870	COM	72.000	72.000
35	Carbonato de Lítio Dosagem: 300 MG	267621	4517	COM	120.000	120.000
36	Carvedilol Dosagem: 3,125 MG	267566	4677	COM	15.600	15.600
37	Carvedilol Dosagem: 6,25 MG	267565	4677	COM	25.000	25.000
38	Carvedilol Dosagem: 12,50MG	267564	4677	COM	50.400	50.400
39	Cefalexina Dosagem: 50 MG/ML Forma Farmacêutica: Pó Suspensão Oral Descrição Complementar: Frasco com 60 ML	331555	4720	FR	700	700
40	Cefalexina Dosagem: 500 MG	267625	4720	COM	34.500	34.500
41	Ceftriaxona Sódica Concentração: 500 MG Forma Farmacêutica: Pó P/ solução Injetável + Lidocaína Descrição Complementar: Frasco – Ampola Intramuscular IM	469929	4731	FA	4.000	4.000
42	Cetoconazol Dosagem: 200 MG	267151	4803	COM	1.200	1.200
43	Cetoprofeno Concentração: 50 MG/ML Forma Farmacêutica: Solução Injetável Descrição Complementar: Ampola de 2 ML.	448845	4804	AMP	2.000	2.000
44	Cianocobalamina Composição: Associada com Piridoxina	401890	4981	AMP	3.750	3.750

Telefone: (51) 36511744 - E-mail: compras@saojeronimo.rs.gov.br

CNPJ 88.117.700/0001-01 - Rua Cel. Soares de Carvalho, 558 - São Jerônimo – RS CEP 96700-000

Página 4 de 30





PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO – RS

	Tiamina Concentração: 5MG+100MG+100 MG/ML Forma Farmacêutica: Solução Injetável Descrição Complementar: Ampola de 1ML.					
45	Vitamina D Concentração: 1000 UI Descrição Complementar: Colecalciferol	434125	1631	COM	120.000	120.000
46	Ciclobenzaprina Cloridrato Dosagem: 10 MG	282313	15365	COM	90.000	90.000
47	Ciclobenzaprina Cloridrato Dosagem: 5 MG	272166	15365	COM	36.000	36.000
48	Cilostazol Concentração: 50 MG	276377	17993	COM	75.000	75.000
49	Cinarizina Dosagem: 75 MG	267629	5012	COM	60.000	60.000
50	Ciprofloxacino Cloridrato Dosagem: 500 MG	267632	5040	COM	28.000	28.000
51	Clindamicina Dosagem: 300 MG	268436	5077	CAP	1.800	1.800
52	Clonazepam Dosagem: 0,5 MG	270118	5087	COM	24.000	24.000
53	Clonazepam Dosagem: 2 MG	270119	5087	COM	78.000	78.000
54	Clonazepam Dosagem: 2,5 MG/ML Apresentação: Solução Oral Gotas Descrição Complementar: Frasco com 20ML – Gotejador	270120	5087	FR	300	300
55	Clonidina Cloridrato Concentração: 0,15 MG	272044	5156	COM	600	600
56	Cloreto De Sódio Concentração: 0,9 % Forma Farmacêutica: Solução Nasal Descrição Complementar:	437160	5118	FR	600	600

Telefone: (51) 36511744 - E-mail: compras@saojeronimo.rs.gov.br

CNPJ 88.117.700/0001-01 - Rua Cel. Soares de Carvalho, 558 - São Jerônimo – RS CEP 96700-000

Página 5 de 30





PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO – RS

	Frasco com 30 ML – Gotejador					
57	Clorpromazina Concentração: 40 MG/ML Forma Farmacêutica: Solução Oral – Gotas Descrição Complementar: Frasco com 20ML	340207	5275	FR	900	900
58	Clorpromazina Dosagem: 100 MG	267638	5275	COM	120.000	120.000
59	Clorpromazina Dosagem: 25 MG	267635	5275	COM	60.000	60.000
60	Clorpromazina Dosagem: 5 MG/ML Apresentação: Solução Injetável Descrição Complementar: Ampola de 5ML	268069	5275	AMP	200	200
61	Colagenase Concentração: 0,6ui/G Uso: Pomada Descrição Complementar: Bisnaga com 30 G	268958	5331	BG	500	500
62	Dexametasona Dosagem: 4 MG	269388	6143	COM	8.000	8.000
63	Dexametasona Dosagem: 0,1 MG/ML Apresentação: Elixir Descrição Complementar: Frasco com 120 ML	268243	6143	FR	1.200	1.200
64	Dexametasona Dosagem: 0,1% Apresentação: Creme Descrição Complementar: Bisnaga com 10 G	267643	6143	BG	1.800	1.800
65	Dexametasona Dosagem: 4 MG/ML Forma Farmacêutica: Solução Injetável Descrição Complementar: Ampola de 2,5 ML	292427	6143	AMP	2.700	2.700
66	Dexclorfeniramina Maleato	267646	9035	FR	1.500	1.500

Telefone: (51) 36511744 - E-mail: compras@saojeronimo.rs.gov.br

CNPJ 88.117.700/0001-01 - Rua Cel. Soares de Carvalho, 558 - São Jerônimo – RS CEP 96700-000

Página 6 de 30





PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO – RS

	Dosagem: 0,4 MG/MI Apresentação: Solução Oral Descrição Complementar: Frasco com 100ml					
67	Dexclorfeniramina Maleato Composição: Associada À Betametasona Concentração: 0,4 Mg + 0,05 MG/ML Forma Farmacêutica: Xarope Descrição Complementar: Frasco com 120ml	393870	9035	FR	2.000	2.000
68	Diazepam Dosagem: 10 MG	267197	6168	COM	225.000	225.000
69	Diazepam Dosagem: 5 MG	267195	6168	COM	32.500	32.500
70	Diazepam Dosagem: 5 MG/ML Apresentação: Solução Injetável Descrição Complementar: Ampola de 2ml	267194	6168	AMP	3.600	3.600
71	Diclofenaco Apresentação: Sal Sódico Dosagem: 25MG/MI Uso: Solução Injetável Descrição Complementar: Ampola de 3ML	271003	6171	AMP	2.100	2.100
72	Diclofenaco Composição: Sal Resinato Concentração: 15 MG/ML Forma Farmacêutica: Suspensão Oral – Gotas Descrição Complementar: Frasco 20 ML	352319	6171	FR	3.000	3.000
73	Digoxina Dosagem: 0,25 MG	267647	6200	COM	4.200	4.200
74	Dipirona Sódica Dosagem: 500 MG/ML Apresentação: Solução Injetável Descrição Complementar:	268252	17708	AMP	3.500	3.500

Telefone: (51) 36511744 - E-mail: compras@saojeronimo.rs.gov.br

CNPJ 88.117.700/0001-01 - Rua Cel. Soares de Carvalho, 558 - São Jerônimo – RS CEP 96700-000

Página 7 de 30





PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO – RS

	Ampola com 2ML					
75	Dipirona Sódica Dosagem: 500 MG/ML Apresentação: Solução Oral (Gotas) Descrição Complementar: Frasco com 10 ml – Gotejador	267205	17708	FR	1.500	1.500
76	Dipirona Sódica Dosagem: 500 MG	267203	17708	COM	120.240	120.240
77	Doxazosina Mesilato Composição: 2 Mg	268493	9675	COM	120.000	120.000
78	Doxiciclina Dosagem: 100 Mg	271036	6397	COM	18.000	18.000
79	Enalapril Maleato Dosagem: 10 MG	267651	9038	COM	36.240	36.240
80	Enalapril Maleato Dosagem: 20MG	267652	9038	COM	36.000	36.000
81	Enalapril Maleato Dosagem: 5MG	267650	9038	COM	16.000	16.000
82	Escopolamina Butilbrometo Dosagem: 10 MG	267283	8254	COM	12.000	12.000
83	Escopolamina Butilbrometo Dosagem: 10 MG/ML Indicação: Solução Oral Descrição Complementar: Frasco com 20 ml – Gotejador	267281	8254	FR	600	600
84	Escopolamina Butilbrometo Dosagem: 20 MG/ML Indicação: Solução Injetável Descrição Complementar: Ampola de 1ML	267282	8254	AMP	600	600
85	Escopolamina Butilbrometo Apresentação: Associada com Dipirona Sódica Dosagem: 10mg + 250mg	270620	8254	COM	12.000	12.000
86	Escopolamina Butilbrometo Apresentação: Associada Com Dipirona Sódica Dosagem: 6,67mg + 333mg/ML Indicação: Solução Oral	270622	8254	FR	400	400

Telefone: (51) 36511744 - E-mail: compras@saojeronimo.rs.gov.br

CNPJ 88.117.700/0001-01 - Rua Cel. Soares de Carvalho, 558 - São Jerônimo – RS CEP 96700-000

Página 8 de 30





PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO – RS

	Descrição Complementar: Frasco com 20 ml – Gotejador					
87	Escopolamina Butilbrometo Apresentação: Associada com Dipirona Sódica Dosagem: 4mg + 500mg/ML Indicação: Solução Injetável Descrição Complementar: Ampola de 5 ml	270621	8254	AMP	300	300
88	Epinefrina Dosagem: 1MG/ML Uso: Solução Injetável Descrição Complementar: Ampola de 1ML	268255	6614	FA	600	600
89	Espironolactona Dosagem: 25 MG	267653	7024	COM	60.150	60.150
90	Espironolactona Dosagem: 100 MG	267654	7024	COM	900	900
91	Fenitoína Sódica Dosagem: 100 MG	267657	7351	COM	36.000	36.000
92	Fenobarbital Sódico Dosagem: 100 MG	267660	7355	COM	84.300	84.300
93	Fenobarbital Sódico Dosagem: 40 MG/ML Forma Farmacêutica: Solução Oral – Gotas Descrição Complementar: Frasco com 20ML	300723	7355	FR	1.500	1.500
94	Finasterida Concentração: 5 MG	275963	7498	COM	72.000	72.000
95	Fluconazol Dosagem: 150 MG	267662	7644	CAP	3.600	3.600
96	Fluoxetina Dosagem: 20 MG	273009	7667	COM	568.400	568.400
97	Furosemida Composição: 10 MG/ML Apresentação: Solução Injetável Descrição Complementar: Ampola de 2ML	267666	7878	AMP	1.100	1.100
98	Furosemida	267663	7878	COM	45.200	45.200

Telefone: (51) 36511744 - E-mail: compras@saojeronimo.rs.gov.br

CNPJ 88.117.700/0001-01 - Rua Cel. Soares de Carvalho, 558 - São Jerônimo – RS CEP 96700-000

Página 9 de 30





PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO – RS

	Dosagem: 40 MG					
99	Glibenclamida Dosagem: 5 MG	267671	8000	COM	27.000	27.000
100	Glicose Concentração: 50% Indicação: Solução Injetável Descrição Complementar: Ampola de 10 ML	267541	8007	AMP	4.000	4.000
101	Haloperidol Apresentação: Sal Decanoato Concentração: 50 MG/ML Tipo Uso: Solução Injetável Descrição Complementar: Ampola 1ML - intramuscular IM	292194	8164	AMP	1.400	1.400
102	Haloperidol Concentração: 2 MG/ML Tipo Uso: Solução Oral-Gotas Descrição Complementar: Frasco com 20ML	292195	8164	FR	600	600
103	Haloperidol Concentração: 5 MG/ML Tipo Uso: Solução Injetável Descrição Complementar: Ampola de 1 ml	292196	8164	AMP	200	200
104	Haloperidol Dosagem: 1 MG	267670	8164	COM	12.000	12.000
105	Haloperidol Dosagem: 5 MG	267669	8164	COM	60.000	60.000
106	Hidralazina Dosagem: 25 MG	268111	8211	COM	36.000	36.000
107	Hidroclorotiazida Dosagem: 25 MG	267674	8220	COM	60.000	60.000
108	Hidrocortisona Composição: Sal Succinato Sódico Concentração: 100 MG Forma Farmacêutica: Pó Liófilo P/ Injetável Descrição Complementar: Frasco- ampola com diluente	342135	8222	FA	1.200	1.200

Telefone: (51) 36511744 - E-mail: compras@saojeronimo.rs.gov.br

CNPJ 88.117.700/0001-01 - Rua Cel. Soares de Carvalho, 558 - São Jerônimo – RS CEP 96700-000

Página 10 de 30





PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO – RS

109	Hidróxido De Alumínio Concentração: 60 MG/ML Forma Farmacêutica: Suspensão Oral Descrição Complementar: Frasco com 100 ML	433257	8231	FR	1.000	1.000
110	Hidroxizina Cloridrato Concentração: 2 MG/ML Forma Farmacêutica: Solução Oral Descrição Complementar: Frasco com 120 ML	394263	8249	FR	250	250
111	Ibuprofeno Dosagem: 300 MG	267677	8275	COM	100.000	100.000
112	Ibuprofeno Dosagem: 50 MG/ML Forma Farmacêutica: Suspensão Oral Descrição Complementar: Frasco com 30 ML	294643	8275	FR	900	900
113	Imipramina Princípio Ativo: Cloridrato Dosagem: 25 MG	267292	5194	COM	60.000	60.000
114	Ipratrópio Brometo Dosagem: 0,25 MG/ML Uso: Solução Para Inalação Descrição Complementar: Frasco com 30 ML	268331	8482	FR	600	600
115	Isossorbida Princípio Ativo: Sal Dinitrato Dosagem: 5 MG Tipo Medicamento: Sublingual	273395	6223	COM	12.600	12.600
116	Isossorbida Princípio Ativo: Sal Mononitrato Dosagem: 20 MG	273400	6223	COM	25.000	25.000
117	Isossorbida Princípio Ativo: Sal Mononitrato Dosagem: 40 MG	273401	6223	COM	72.000	72.000
118	Itraconazol Dosagem: 100 MG	268861	8514	CAP	34.000	34.000
119	Ivermectina	376767	1795	COM	1.500	1.500

Telefone: (51) 36511744 - E-mail: compras@saojeronimo.rs.gov.br

CNPJ 88.117.700/0001-01 - Rua Cel. Soares de Carvalho, 558 - São Jerônimo – RS CEP 96700-000

Página 11 de 30





PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO – RS

	Concentração: 6 MG					
120	Lactulose Concentração: 667 MG/ML Forma Farmacêutica: Xarope Descrição Complementar: Frasco com 120ML	383750	8605	FR	1.200	1.200
121	Levodopa Composição: Associado À Benserazida Concentração: 200MG + 50 MG Forma Farmacêutica: Liberação Prolongada	455682	17813	COM	30.000	30.000
122	Levodopa Composição: Associado À Carbidopa Dosagem: 250MG + 25MG	270130	17813	COM	4.500	4.500
123	Levotiroxina Sódica Dosagem: 100 Mcg	268125	8812	COM	60.000	60.000
124	Levotiroxina Sódica Dosagem: 50 Mcg	268123	8812	COM	120.000	120.000
125	Levotiroxina Sódica Dosagem: 25 Mcg	268124	8812	COM	93.750	93.750
126	Lidocaína Cloridrato Dosagem: 2% Apresentação: Injetável Descrição Complementar: Frasco com 20ML, SEM VASOCONSTRICTOR	269843	17807	FR	1.100	1.100
127	Lidocaína Cloridrato Dosagem: 2% Apresentação: Geléia Descrição Complementar: Bisnaga de 30G	269846	17807	BG	1.900	1.900
128	Loperamida Cloridrato Concentração: 2mg	273264	8918	COM	30.000	30.000
129	Loratadina Concentração: 10MG	273466	8919	COM	72.000	72.000
130	Loratadina Concentração: 1MG/ML Tipo Medicamento: Xarope	273467	8919	FR	900	900

Telefone: (51) 36511744 - E-mail: compras@saojeronimo.rs.gov.br

CNPJ 88.117.700/0001-01 - Rua Cel. Soares de Carvalho, 558 - São Jerônimo – RS CEP 96700-000

Página 12 de 30





PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO – RS

	Descrição Complementar: Frasco com 100ML					
131	Losartana Potássica Dosagem: 50 MG	268856	8922	COM	90.000	90.000
132	Metformina Cloridrato Dosagem: 500 MG	267690	5206	COM	24.000	24.000
133	Metformina Cloridrato Dosagem: 850 MG	267691	5206	COM	25.000	25.000
134	Metildopa Dosagem: 250 MG	267689	9697	COM	12.000	12.000
135	Metoclopramida Cloridrato Dosagem: 10 MG	267312	9702	COM	21.000	21.000
136	Metoclopramida Cloridrato Dosagem: 4 MG/ML Apresentação: Solução Oral Descrição Complementar: Frasco com 10ML	267311	9702	FR	400	400
137	Metoclopramida Cloridrato Dosagem: 5 Mg/ML Apresentação: Solução Injetável Descrição Complementar: Ampola de 2 ml	267310	9702	AMP	800	800
138	Metoprolol Composição: Sal Tartarato Concentração: 100 MG	394650	9703	COM	136.800	136.800
139	Metoprolol Princípio Ativo: Sal Succinato Dosagem: 50 MG Apresentação: Liberação Controlada	276657	9703	COM	90.000	90.000
140	Metoprolol Princípio Ativo: Sal Succinato Dosagem: 25 MG Apresentação: Liberação Controlada	276656	9703	COM	80.000	80.000
141	Metronidazol Concentração: 100 MG/G Forma Farmacêutica: Creme Vaginal Característica Adicional: Com Aplicador Descrição Complementar:	345300	9712	BG	700	700

Telefone: (51) 36511744 - E-mail: compras@saojeronimo.rs.gov.br

CNPJ 88.117.700/0001-01 - Rua Cel. Soares de Carvalho, 558 - São Jerônimo – RS CEP 96700-000

Página 13 de 30





PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO – RS

	Bisnaga com 50 G					
142	Metronidazol Dosagem: 250 MG	267717	9712	COM	12.000	12.000
143	Miconazol Nitrato Dosagem: 20 MG/G Apresentação: Creme Descrição Complementar: Uso tópico -Bisnaga com 28 G.	268286	9717	BG	900	900
144	Miconazol Nitrato Dosagem: 2% Apresentação: Creme Vaginal Descrição Complementar: Bisnaga com 80 G.	268162	9717	BG	600	600
145	Morfina Apresentação: Sulfato Concentração: 10MG/ML Forma Farmacêutica: Solução Injetável Descrição Complementar: Ampola com 2ML	304871	9907	AMP	400	400
146	Neomicina Composição: Associada com Bacitracina Concentração: 5mg + 250ui/G Tipo Medicamento: Pomada Descrição Complementar: Bisnaga com 10 G	273167	10073	BG	1.800	1.800
147	Nifedipino Dosagem: 10 MG	267728	10082	COM	9.000	9.000
148	Nimesulida Dosagem: 100 Mg	273710	10083	COM	30.240	30.240
149	Nistatina Dosagem: 100.000 Ui/ML Apresentação: Suspensão Oral Descrição Complementar: Frasco de 50 ML	267378	10094	FR	600	600
150	Nistatina Dosagem: 25.000 Ui/G Apresentação: Creme Vaginal Descrição Complementar:	266788	10094	BG	400	400

Telefone: (51) 36511744 - E-mail: compras@saojeronimo.rs.gov.br

CNPJ 88.117.700/0001-01 - Rua Cel. Soares de Carvalho, 558 - São Jerônimo – RS CEP 96700-000

Página 14 de 30



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO – RS

	Bisnaga com 50 G					
151	Nitrofurantoína Dosagem: 100 MG	268273	10109	CAP	24.000	24.000
152	Norfloxacino Dosagem: 400 MG	268851	16340	COM	3.000	3.000
153	Omeprazol Concentração: 20 MG	267712	10216	CAP	343.840	343.840
154	Ondansetrona Cloridrato Dosagem: 4 MG	268506	10217	COM	3.000	3.000
155	Paracetamol Dosagem Solução Oral: 200 MG/ML Apresentação: Solução Oral Descrição Complementar: Frasco com 15 ml	267777	10422	FR	2.640	2.640
156	Paracetamol Dosagem Comprimido: 500 MG	267778	10422	COM	90.000	90.000
157	Paracetamol Apresentação: Associado Com Codeína Dosagem: 500mg + 30mg	270907	10422	COM	45.000	45.000
158	Permetrina Concentração: 50 MG/ML Forma Farmacêutica: Loção Descrição Complementar: Frasco com 60ml	363597	10676	FR	600	600
159	Permetrina Dosagem: 10 MG/ML Indicação: Loção Descrição Complementar: Frasco com 60ml	267773	10676	FR	300	300
160	Prednisolona Composição: Fosfato Sódico Concentração: 3 MG/ML Forma Farmacêutica: Solução Oral Descrição Complementar: Frasco com 60ml	448595	11153	FR	2.600	2.600
161	Prednisona Dosagem: 5 Mg	267741	11154	COM	25.000	25.000
162	Prednisona Dosagem: 20 Mg	267743	11154	COM	36.000	36.000

Telefone: (51) 36511744 - E-mail: compras@saojeronimo.rs.gov.br

CNPJ 88.117.700/0001-01 - Rua Cel. Soares de Carvalho, 558 - São Jerônimo – RS CEP 96700-000

Página 15 de 30





PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO – RS

163	Prometazina Cloridrato Dosagem: 25 MG	267768	11262	COM	60.000	60.000
164	Prometazina Cloridrato Dosagem: 25 MG/ML Apresentação: Solução Injetável Descrição Complementar: Ampola com 2 ml	267769	11262	AMP	400	400
165	Propiltiouracil Dosagem: 100 MG	273589	11274	COM	3.000	3.000
166	Propranolol Cloridrato Dosagem: 40 MG	267772	5235	COM	9.000	9.000
167	Quetiapina Dosagem: 25 MG	272831	17689	COM	150.000	150.000
168	Risperidona Dosagem: 1 MG/ML Uso: Solução Oral, Com Pipeta Dosadora Descrição Complementar: Frasco com 30 ml	284106	11759	FR	1.600	1.600
169	Risperidona Dosagem: 2 MG	268149	11759	COM	30.000	30.000
170	Salbutamol Dosagem: 0,4 Mg/ML Forma Farmacêutica: Xarope Descrição Complementar: Frasco com 120 ml	292331	11917	FR	2.000	2.000
171	Salbutamol Dosagem: 100mcg/Dose Forma Farmacêutica: Aerosol Oral Descrição Complementar: Frasco com 200 doses.	294887	11917	FR	800	800
172	Sais Para Reidratação Oral Cloreto de sódio 3,5g/l Cloreto de Potássio 1,5g/l Citrato de Sódio 2,9g/l Glicose 20,0g/l Peso líquido 27,9g	-	11912	ENV	1.000	1.000
173	Simeticona Concentração: 75 MG/ML Forma Farmacêutica:	412966	14559	FR	600	600

Telefone: (51) 36511744 - E-mail: compras@saojeronimo.rs.gov.br

CNPJ 88.117.700/0001-01 - Rua Cel. Soares de Carvalho, 558 - São Jerônimo – RS CEP 96700-000

Página 16 de 30





PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO – RS

	Emulsão Oral – Gotas Descrição Complementar: Frasco com 15 ML – Gotejador					
174	Sinvastatina Dosagem: 20 MG	267747	12096	COM	60.000	60.000
175	Sulfadiazina Princípio Ativo: De Prata Dosagem: 1% Indicação: Creme Descrição Complementar: Bisnaga com 30 G	272089	12314	BG	1.500	1.500
176	Sulfametoxazol Composição: Associado à Trimetoprima Concentração: 40MG + 8MG/ML Forma Farmacêutica: Suspensão Oral Descrição Complementar: Frasco com 100ML	308884	12315	FR	1.200	1.200
177	Sulfametoxazol Composição: Associado À Trimetoprima Concentração: 400mg + 80mg	308882	12315	COM	30.000	30.000
178	Sulfato Ferroso Dosagem Ferro: 25mg/ML De Ferro II Forma Farmacêutica: Solução Oral-Gotas Descrição Complementar: Frasco com 30 ML	292345	12357	FR	400	400
179	Sulfato Ferroso Dosagem Ferro: 40MG De Ferro II	292344	12357	COM	100.000	100.000
180	Timolol Concentração: 0,5% Indicação: Solução Oftálmica Descrição Complementar: Frasco com 5 ML	272581	12727	FR	120	120
181	Tobramicina Dosagem: 0,3% Apresentação: Solução Oftálmica	271581	12795	FR	200	200

Telefone: (51) 36511744 - E-mail: compras@saojeronimo.rs.gov.br

CNPJ 88.117.700/0001-01 - Rua Cel. Soares de Carvalho, 558 - São Jerônimo – RS CEP 96700-000

Página 17 de 30





PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO – RS

	Descrição Complementar: Frasco com 5 ML					
182	Tramadol Cloridrato Dosagem: 50 MG/ML Forma Farmacêutica: Solução Injetável Descrição Complementar: Ampola com 2 ML	292382	5254	AMP	1.100	1.100
183	Valproato de Sódio Concentração: 50 MG/ML Forma Farmacêutica: Xarope Descrição Complementar: Frasco de 100ML.	328532	13243	FR	1.200	1.200
184	Varfarina Sódica Dosagem: 5 MG	279269	13483	COM	12.000	12.000
185	Verapamil Cloridrato Dosagem: 80 MG	267425	13384	COM	9.000	9.000
186	Cateter Aspiração Traqueal Material: Pvc Atóxico Flexível Tipo Uso: Descartável Características Adicionais: Ponta Atraumática, Orifícios Distais Lateralizados Tipo Embalagem: Estéril, Embalagem Individual Espessura: Nº 8	279763	14736	UN	600	600
187	Cateter Aspiração Traqueal Material: Pvc Atóxico Flexível Tipo Uso: Descartável Características Adicionais: Ponta Atraumática, Orifícios Distais Lateralizados Tipo Embalagem: Estéril, Embalagem Individual Espessura: Nº 10	279765	14736	UN	1.000	1.000
188	Cateter Aspiração Traqueal Material: Pvc Atóxico Flexível Tipo Uso: Descartável Características Adicionais: Ponta Atraumática, Orifícios Distais Lateralizados	279764	14736	UN	1.000	1.000

Telefone: (51) 36511744 - E-mail: compras@saojeronimo.rs.gov.br

CNPJ 88.117.700/0001-01 - Rua Cel. Soares de Carvalho, 558 - São Jerônimo – RS CEP 96700-000

Página 18 de 30





PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO – RS

	Tipo Embalagem: Estéril, Embalagem Individual Espessura: Nº 12					
189	Cateter Aspiração Traqueal Material: Pvc Atóxico Flexível Tipo Uso: Descartável Características Adicionais: Ponta Atraumática, Orifícios Distais Lateralizados Tipo Embalagem: Estéril, Embalagem Individual Espessura: Nº 14	279761	14736	UN	1.000	1.000
190	Cateter Aspiração Traqueal Material: Pvc Atóxico Flexível Tipo Uso: Descartável Características Adicionais: Ponta Atraumática, Orifícios Distais Lateralizados Tipo Embalagem: Estéril Embalagem Individual Espessura: Nº 16	279762	14736	UN	1.000	1.000
191	Equipo De Nutrição Enteral Material: Pvc, C/ Cor Tipo: Gravitacional, 1 Via Câmara Gotejamento: Macrogotas, Flexível Regulador de Fluxo Manual: Pinça Rolete Conector Dieta: Ponta Perfurante C/ Respiro Conector Paciente: Escalonado Comprimento Total Do Tubo: Até 180 Cm Adicional: C/ Clamp Esterilidade: Estéril, Uso Único Tipo Embalagem: Individual	609806	30132	UN	15.000	15.000
192	Lanceta Material Lâmina: Aço Inoxidável, Ponta Afiada Trifacetada Uso: Descartável Características Adicionais: Estéril, Embalagem Individual Tipo: Com Sistema Retrátil	338605	8694	UN	75.000	75.000
193	Recipiente Nutrição Enteral	395537	11483	UN	15.000	15.000

Telefone: (51) 36511744 - E-mail: compras@saojeronimo.rs.gov.br

CNPJ 88.117.700/0001-01 - Rua Cel. Soares de Carvalho, 558 - São Jerônimo – RS CEP 96700-000

Página 19 de 30



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO – RS

	Material: Plástico Transparente Capacidade: 300 ML Componentes: Com Tampa Rosqueada, Alça, Etiqueta, Bico Conector Graduação: Graduado Esterilidade: Estéril, atóxico Tipo Uso: Descartável Apresentação: Embalagem Individual					
194	Reagente Para Diagnóstico Clínico 5 Tipo De Análise: Quantitativo De Glicose Características Adicionais: Capilar Apresentação: Tira Descrição Complementar: Compatível com o aparelho GlucoLeader + aparelho monitor de glicemia capilar Modelo Enhance em comodato.	339565	18984	UN	189.000	189.000
195	Seringa Material: Polipropileno Capacidade: 1 ML Tipo Bico: Bico Central Luer Lock Ou Slip Tipo Vedação: Êmbolo De Borracha Adicional: Graduada (Escala Ui), Numerada Tipo Agulha: C/ Agulha 26 G X 1/2" Esterilidade: Estéril, descartável Apresentação: Embalagem Individual Descrição Complementar: Com Bico Luer Slip, com agulha removível	439654	17428	UN	53.500	53.500
196	Seringa Material: Polipropileno Capacidade: 20 ML Tipo Bico: Bico Lateral Luer Slip	439630	17428	UN	25.000	25.000

Telefone: (51) 36511744 - E-mail: compras@saojeronimo.rs.gov.br

CNPJ 88.117.700/0001-01 - Rua Cel. Soares de Carvalho, 558 - São Jerônimo – RS CEP 96700-000

Página 20 de 30





PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO – RS

	<p>Tipo Vedação: Êmbolo De Borracha</p> <p>Adicional: Graduada, numerada</p> <p>Esterilidade: Estéril, descartável</p> <p>Apresentação: Embalagem Individual</p> <p>Descrição Complementar: Com Bico Luer Slip, sem agulha acoplada</p>					
197	<p>Sonda Trato Urinário</p> <p>Modelo: Uretral</p> <p>Material: Silicone</p> <p>Calibre: 6 FRENCH</p> <p>Conector: Conector Padrão</p> <p>Comprimento: Cerca 40 CM</p> <p>Tipo Ponta: Ponta Distal Cilíndrica C/ Orifício</p> <p>Esterilidade: Estéril, descartável</p> <p>Embalagem: Embalagem Individual</p>	437437	2639	UN	600	600
198	<p>Sonda Trato Urinário</p> <p>Modelo: Uretral</p> <p>Material: Silicone</p> <p>Calibre: 8 FRENCH</p> <p>Conector: Conector Padrão</p> <p>Comprimento: Cerca 40 CM</p> <p>Tipo Ponta: Ponta Distal Cilíndrica C/ Orifício</p> <p>Esterilidade: Estéril, descartável</p> <p>Embalagem: Embalagem Individual</p>	437440	2639	UN	600	600
199	<p>Sonda Trato Urinário</p> <p>Modelo: Uretral</p> <p>Material: Silicone</p> <p>Calibre: 10 FRENCH</p> <p>Conector: Conector Padrão</p> <p>Comprimento: Cerca 40 CM</p> <p>Tipo Ponta: Ponta Distal Cilíndrica C/ Orifício</p> <p>Esterilidade: Estéril, descartável</p> <p>Embalagem: Embalagem Individual</p>	437442	2639	UN	9.000	9.000
200	<p>Sonda Trato Urinário</p>	437443	2639	UN	7.200	7.200

Telefone: (51) 36511744 - E-mail: compras@saojeronimo.rs.gov.br

CNPJ 88.117.700/0001-01 - Rua Cel. Soares de Carvalho, 558 - São Jerônimo – RS CEP 96700-000

Página 21 de 30





PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO – RS

	Modelo: Uretral Material: Silicone Calibre: 12 FRENCH Conector: Conector Padrão Comprimento: Cerca 40 CM Tipo Ponta: Ponta Distal Cilíndrica C/ Orifício Esterilidade: Estéril, descartável Embalagem: Embalagem Individual					
201	Sonda Trato Urinário Modelo: Uretral Material: Silicone Calibre: 14 FRENCH Conector: Conector Padrão Comprimento: Cerca 40 CM Tipo Ponta: Ponta Distal Cilíndrica C/ Orifício Esterilidade: Estéril, Descartável Embalagem: Embalagem Individual	437436	2639	UN	1.000	1.000
202	Sonda Trato Urinário Modelo: Uretral Material: Silicone Calibre: 16 FRENCH Conector: Conector Padrão Comprimento: Cerca 40 CM Tipo Ponta: Ponta Distal Cilíndrica C/ Orifício Esterilidade: Estéril, Descartável Embalagem: Embalagem Individual	437441	2639	UN	1.000	1.000

1.2. O(s) medicamento(s) e insumo(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O(s) preço(s) acima mencionado(s) deverão contemplar todos os custos direta ou indiretamente relacionados com a perfeita e completa execução da contratação.

1.4. O prazo de vigência da ata de registros de preços será de um ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Diário Oficial do Município, e poderá ser prorrogado por igual período desde que comprovado que o preço é vantajoso.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO – RS

1.4.1. Caso a administração decida por prorrogar a ata de registro de preços, será consultada pelo agente gerenciador em tempo hábil a empresa vencedora para verificar acerca do interesse na prorrogação.

1.5. Os eventuais contratos oriundos da Ata de Registro de Preços poderão ser celebrados na forma do art. 105 da Lei 14.133/2021, bem como a sua prorrogação nos termos do art. 124 do mesmo diploma.

1.6. O prazo de vigência dos contratos será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato, nos termos do artigo 111 da Lei nº 14.133/2021.

1.6.1 Os instrumentos serão assinados e emitidos dentro do prazo de validade da ata de registro de preços.

1.7. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada por meio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho, de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o disposto no art. 95 da Lei 14.133 de 2021. Os instrumentos serão assinados e emitidos dentro do prazo de validade da ata de registro de preços.

1.8. Não será permitida a oferta de preços diferentes para o mesmo item.

1.9. Considerando a capacidade de operacionalização do sistema e gerenciamento não será possibilitado ao licitante oferecer quantitativo inferior ao máximo previsto neste termo de referência.

1.10. O órgão gerenciador do registro de preços será a Coordenadoria de Compras de São Jerônimo, em atendimento ao disposto no art. 24 do Decreto Municipal 5.396/2024.

1.11. Não será admitida a subcontratação.

1.12. Na proposta de preços, a cotação dos medicamentos que pertencem ao rol do **Convênio CONFAZ 87/2002** e suas alterações (que trata sobre a concessão de isenção do ICMS nas operações com fármacos e medicamentos destinados a órgãos da Administração Pública Direta Federal, Estadual e Municipal) devem **OBRIGATORIAMENTE** informar que são desonerados e demonstrar a dedução do referido imposto, conforme prerrogativas do referido Convênio.

1.13. A empresa deve cumprir todas as exigências constantes na **RDC 430/2020 da ANVISA**, que dispõe sobre as Boas Práticas de Distribuição, Armazenagem e Transporte de Medicamentos, além das demais normas citadas no decorrer deste documento.

1.14. Orçamento Sigiloso, conforme orientação disposta na Cartilha de Aquisição de Medicamentos, do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO – RS

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da contratação de seus quantitativos se encontra pormenorizadas em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. EXECUÇÃO DO OBJETO

3.1. A execução do objeto seguirá as seguintes exigências:

- a) Será de responsabilidade da contratada a entrega dos itens obedecendo ao descritivo e as quantidades solicitados, através do empenho ou outro documento hábil;
- b) As empresas vencedoras deverão fornecer os itens nas condições estipuladas, no prazo e local indicado, em total conformidade com o descritivo informado nesse Termo De Referência;
- c) Reparar e/ou corrigir, às suas expensas, o fornecimento em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do objeto em desacordo com o descritivo desse Termo De Referência.
- d) Os produtos solicitados pela Secretaria de Saúde deverão ser entregues nos endereços informados, conforme o cronograma e os horários de funcionamento.
- e) Os números dos lotes com as respectivas quantidades, data de fabricação, data de validade e o código da Nomenclatura Comum no Mercosul (NCM/SH), deverão estar especificadas na Nota Fiscal, devendo ser transmitidos os Arquivos das Notas Fiscais em formato PDF.

3.2. Obrigações do Município

- a) Acompanhar e fiscalizar o fornecimento dos itens.
- b) Aplicar à contratada as sanções cabíveis;
- c) Efetuar o pagamento à contratada, nos termos do contrato;
- d) Documentar as ocorrências havidas na execução do contrato;
- e) Fiscalizar o cumprimento das obrigações contratuais pela contratada;
- f) A administração poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas imediatamente.

3.3. Obrigações da contratada.

- a) Cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência, seus anexos e sua proposta; assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
- b) Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução da contratação.
- c) Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste Termo;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO – RS

- d) Substituir, reparar ou corrigir no prazo de 3 (três) dias, avarias ou defeitos.
- e) Cumprir as demais obrigações previstas no edital, na ata de registro de preços e nas legislações aplicáveis, especialmente no que se refere à segurança, qualidade e responsabilidade no fornecimento dos medicamentos e insumos.

3.4 Local e prazo de entrega:

3.4.1. Os produtos solicitados pela **Secretaria de Saúde** devem ser entregues na Farmácia Básica Municipal, Rua Luiz Miller, s/nº (Prédio INSS), Centro – Sede. Horário de funcionamento: Segunda à Sexta – 09h às 12h – 13h às 16h.

Os produtos solicitados pela **Secretaria de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente** devem ser entregues na Coordenadoria de Proteção Animal, Rua Luiz Miller, s/nº (Prédio INSS), Centro – Sede. Horário de funcionamento: Segunda à Sexta – 09h às 12h – 13h às 16h.

3.4.2. O prazo de entrega será de até 20 dias, a contar do envio do empenho para o e-mail constante na proposta da empresa.

4. CICLO DE VIDA DO OBJETO E GARANTIA

4.1. Ciclo de Vida do Objeto

4.1.1. Espera-se que a contratação contemple o abastecimento da farmácia da Secretaria de Saúde pelo menos 12 meses, período ao qual ocorrerá um novo certame unificado de medicamentos.

4.2. Garantia

a) Aplica-se ainda sobre a garantia o disposto no Código de Defesa do Consumidor, Lei Federal n. 8.078/1990.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1 REQUISITOS ADICIONAIS PARA OS ITENS A SEREM ADQUIRIDOS

5.1.1 Os medicamentos deverão ter validade mínima de 18 meses ou 75% do prazo total de validade contados a partir da entrega.

5.1.2 As tiras deverão ser compatíveis com o aparelho GlucoLeader e acompanhadas de aparelho monitor de glicemia (glicosímetro) modelo GlucoLeader Enhance, fornecido em comodato, na proporção de 1 aparelho para cada 400 tiras, quando solicitado pelo município.

Também será aceita a oferta de outra marca de tiras e aparelhos, desde que sejam fornecidos 550 aparelhos de medição de glicose em comodato para substituição dos aparelhos atualmente utilizados pelo município. Após a distribuição dos 550 aparelhos, será restabelecida a proporção de 1 (um) aparelho para cada 400 tiras, mediante solicitação do Município.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO – RS

5.1.3 O item 34 (Carbonato de Cálcio 500mg), será aceito na forma 500mg ou 1250mg (equivalente a 500mg de cálcio elementar).

5.1.4 O item 82 (Escopolamina, Butilbrometo 10 mg), será aceito na forma Comprimido ou Drágea.

5.2. Requisitos de Habilitação

5.2.1 Não será necessário apresentar documentação referente à qualificação financeira:

5.2.2. serão exigidos os seguintes documentos referentes à qualificação técnico-profissional:

a) Comprovação de regularidade do farmacêutico responsável pela empresa licitante no Conselho Regional de Farmácia.

b) Comprovação de Regularidade Técnica da empresa licitante, emitida pelo Conselho Regional de Farmácia.

c) Autorização de Funcionamento de Empresa – AFE – da empresa licitante, quando for o caso, conforme RDC 16/2014 ANVISA, art. 3º.

d) Autorização de Funcionamento de Empresa – AFE – da empresa fabricante/importadora, conforme RDC 16/2014 ANVISA, art. 3º.

e) Autorização de Funcionamento Especial – AE, conforme disposto no art. 22 da Lei Federal nº. 6360/1976, para os itens: 07, 08, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 25, 26, 27, 28, 29, 32, 33, 35, 39, 40, 41, 50, 51 52, 53, 54, 57, 58, 59, 60, 68, 69, 70, 78, 91, 92, 93, 96, 101, 102, 103, 104, 105, 113, 141, 142, 145, 149, 150, 151, 152, 167, 168, 169, 175, 176, 177, 181, 182 e 183.

f) Certificado de Registro do Produto, emitido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) vinculada ao Ministério da Saúde, ou cópia da publicação do Certificado de Registro no “Diário Oficial da União – DOU (sendo que se for apresentada cópia da publicação no DOU, a licitante deverá grifar com caneta marca texto colorida, para facilitar o julgamento ou comprovação por meio de normas vigentes da ANVISA quanto à isenção de tal documento), conforme disposto na Lei Federal nº. 9782/1999, art. 7º, IX. Aplicável a todos os produtos.

g) Licença Sanitária Estadual ou Municipal, conforme o enquadramento da empresa.

5.2.3. A análise da documentação será realizada pela Fiscal Técnica da Contratação a Farmacêutica, Eduarda Mallet da Silva - CRF - 587720.

5.3 Requisitos para a assinatura da ata de registro de preços.

5.3.1. Não será necessário requisitos para a assinatura da ata de registro de preços.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO – RS

6. GERENCIAMENTO, GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

6.1. A contratação deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão da contratação, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre a Administração e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. A Administração poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas imediatamente.

6.5. A execução da contratação deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, designados neste Termo de Referência.

6.6. O fiscal técnico da contratação acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, observado o disposto no Decreto Municipal nº 5.397/2024.

6.6.1. O fiscal técnico da contratação anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.6.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico da contratação emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção, que poderão ser realizadas através de e-mail informado na proposta da empresa contratada.

6.6.3. O fiscal técnico da contratação informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.6.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução da contratação nas datas aprazadas, o fiscal técnico da contratação comunicará o fato imediatamente ao gestor da contratação.

6.6.5. O fiscal técnico da contratação comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.6.6. O gestor da contratação acompanhará os registros realizados pelos fiscais da contratação, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO – RS

6.7. O fiscal administrativo da contratação verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.7.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo da contratação atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.8. O gestor da contratação coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.8.1. O gestor da contratação acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos.

6.8.2. O gestor da contratação emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.8.3. O gestor da contratação tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o [art. 158 da Lei nº 14.133/2021](#), ou pelo agente público ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.9. O fiscal administrativo da contratação comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

6.10. O gestor da contratação deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. Este documento deverá acompanhar a Nota Fiscal, quando a mesma for remetida para o setor competente de pagamento.

6.11. O gestor da contratação deverá enviar a documentação pertinente ao setor responsável para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6.12. O fiscal da contratação poderá solicitar que a contratada mantenha representante no local do serviço para acompanhamento da execução do contrato.

6.13. Do agente gerenciador do registro de preços



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO – RS

6.13.1. O Agente Gerenciador do Registro de Preços será a Secretária de Saúde, Kênia Becker Guimarães, e-mail: kenia.g@saojeronimo.rs.gov.br, telefone (54) 99628-4643.

6.13.1.1 Havendo necessidade será(ão) designado(s) suplente(s) para o servidor acima.

6.13.2. As solicitações de contratação oriundas do processo de registro de preços deverão ser previamente aprovadas pelo Agente Gerenciador.

6.13.3. O agente gerenciador será o responsável pelo gerenciamento e aplicação do disposto no Decreto Municipal 5.396/2024 neste registro de preços.

7. Rotina de Fiscalização.

7.1. O Fiscal Técnico será responsável pelo recebimento e conferência do material, bem como pela indicação de eventual divergência em relação às especificações descritas no termo de referência, observado o disposto no Decreto Municipal nº 5.397/2024.

8. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. A indicação da disponibilidade de créditos orçamentários somente será informada para a formalização do contrato ou de outro instrumento hábil (empenhos, autorização de fornecimento, etc.).

9. CRITÉRIO DA SELEÇÃO DO FORNECEDOR

9.1. Com todo o apresentado acima, concluo que a aquisição de medicamentos e insumos é a mais adequada para licitação, na modalidade Pregão, sob a forma eletrônica, através de Sistema de Registro de Preços, aplicando o critério de menor preço por item e a disputa de forma aberta, ampla concorrência com preferência para ME/EPP/MEI.

São Jerônimo, 23 de abril de 2026.

Marla Medeiros
Emissora do Pedido

Eduarda Mallet da Silva
Farmacêutica - CRF - 587720



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO – RS

Kênia Becker Guimarães,
Secretária de Saúde,
Responsável pela Secretaria.

Assinantes

- ✓ **Marla Cecilia Medeiros da Silva**
Assinou em 11/06/2026 às 11:29:57 com o certificado avançado da Betha Sistemas.
Eu, Marla Cecilia Medeiros da Silva, estou ciente das normas descritas na Lei nº 14.063/2020, no que se refere aos tipos de assinaturas consideradas como válidas para a prática de atos e interações pelos Entes Públicos.
- ✓ **Eduarda Mallet da Silva**
Assinou em 11/06/2026 às 11:30:42 com o certificado avançado da Betha Sistemas.
Eu, Eduarda Mallet da Silva, estou ciente das normas descritas na Lei nº 14.063/2020, no que se refere aos tipos de assinaturas consideradas como válidas para a prática de atos e interações pelos Entes Públicos.
- ✓ **Kenia Becker Guimaraes**
Assinou em 11/06/2026 às 11:40:34 com o certificado avançado da Betha Sistemas e possui a identidade verificada com o CPF *****.870.430-****.
Eu, Kenia Becker Guimaraes, estou ciente das normas descritas na Lei nº 14.063/2020, no que se refere aos tipos de assinaturas consideradas como válidas para a prática de atos e interações pelos Entes Públicos.

Veracidade do documento



Documento assinado digitalmente.
Verifique a veracidade utilizando o QR Code ao lado ou acesse o site **verificador.betha.cloud** e insira o código abaixo:

Y3J-NQM-G9G-3JM



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO – RS

SECRETARIA DE SAÚDE

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS

Os campos não obrigatórios não devem ser removidos, caso não sejam analisados no ETP, deve-se justificar a sua ausência, na forma do Art. 18, parágrafo 2º da Lei 14.133/21.

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO (O)

Registro de preços para aquisição de medicamentos e insumos para distribuição na farmácia municipal e uso no setor de Proteção Animal.

1.1 NATUREZA DO OBJETO: COMUM

O objeto não se enquadra como obras ou serviços de engenharia, por isso, por definição residual é enquadrado como material comum, conforme art. 6º, inciso XIII da Lei 14.133/2021.

1.2 BEM OU ARTIGO DE LUXO: NÃO

O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 5.238/2022.

1.3 ORIGEM DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Por se tratar de Sistema de Registro de Preços, a indicação da disponibilidade de créditos orçamentários somente será informada para a formalização do contrato ou de outro instrumento hábil (empenhos, autorização de fornecimento, etc.).

1.4 Transferência Voluntária de Recurso da União – SICONV:

Não.

1.4.1. Tipo de Instrumento:

Não se aplica.

1.4.1.1. Recurso Financeiro:

Não se aplica.

1.4.1.1.1. Número do Instrumento/Ano:

Não se aplica.

2. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (O)

Saúde:

A contratação é de extrema relevância para assegurar o adequado e ininterrupto abastecimento da Farmácia Municipal, garantindo que a população tenha acesso contínuo aos medicamentos indispensáveis ao tratamento de diversas enfermidades. Ressalta-se que a assistência farmacêutica é componente essencial das políticas públicas de saúde, configurando-se como direito fundamental da coletividade e dever do Poder Público, nos termos da legislação vigente.

Proteção animal:

A aquisição dos medicamentos é necessária para garantir a continuidade dos atendimentos realizados pelas médicas veterinárias do Município, no Castramóvel e no Canil Municipal, sendo itens de uso cotidiano nos procedimentos clínicos e cirúrgicos e no tratamento dos animais atendidos.

3. PREVISÃO NO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES

Ainda não foi implantado pelo Município.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO – RS

4 QUANTITATIVOS E VALORES TOTAIS E UNITÁRIOS (O)

N.º	DESCRIÇÃO	CATMAT	PDM	UN.	Qty. Mínima a ser cotada	Qty. Máxima a ser cotada
01	Acebrofilina Concentração: 5MG/ML Forma Farmacêutica: Xarope Descrição Complementar: Frasco com 120 ML	448838	14456	FR	1.000	1.000
02	Aciclovir Dosagem: 200 MG	268370	363	COM	27.000	27.000
03	Aciclovir Dosagem: 50 MG/G Uso: Creme Descrição Complementar: Bisnaga com 10 G	268375	363	BG	400	400
04	Ácido Acetilsalicílico Dosagem: 100 MG	267502	353	COM	225.000	225.000
05	Ácido Fólico Dosagem: 5 MG	267503	354	COM	27.000	27.000
06	Ácido Fólico Dosagem: 0,2 MG/ML Uso: Solução Oral – Gotas Descrição Complementar: Frasco com 30 ML	278489	354	FR	100	100
07	Ácido Valpróico Dosagem: 250 MG	267504	2036	CAP	252.000	252.000
08	Ácido Valpróico Dosagem: 500 MG	267505	2036	COM	50.400	50.400
09	Albendazol Dosagem: 400 MG Descrição Complementar: Comprimido Mastigável	267506	350	COM	2.400	2.400
10	Albendazol Dosagem: 40 MG/ML Uso: Suspensão Oral Descrição Complementar:	267507	350	FR	3.600	3.600



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO – RS

	Frasco com 10ML.					
11	Alendronato de Sódio Dosagem: 70 MG	269462	2273	COM	2.800	2.800
12	Alopurinol Dosagem: 100 Mg	267508	2360	COM	24.000	24.000
13	Alopurinol Dosagem: 300 MG	267509	2360	COM	54.000	54.000
14	Amiodarona Dosagem: 200 MG	267510	2420	COM	14.500	14.500
15	Amitriptilina Cloridrato Dosagem: 25 MG	267512	5134	COM	350.000	350.000
16	Amoxicilina Concentração: 500 MG	271089	2436	CAP	55.000	55.000
17	Amoxicilina Concentração: 50MG/ML Apresentação: Pó para Suspensão Oral Descrição complementar: Frasco com 60ML	271111	2436	FR	3.900	3.900
18	Amoxicilina Princípio Ativo: Associada com Clavulanato de Potássio Concentração: 50 MG/ML+ 12,5 MG/ML Forma Farmacêutica: Suspensão Oral Descrição complementar: Frasco com 75 ML	448841	2436	FR	3.000	3.000
19	Amoxicilina Princípio Ativo: Associada com Clavulanato de Potássio Concentração: 500MG + 125MG	271217	2436	COM	60.900	60.900
20	Ampicilina Dosagem: 500 MG	267515	349	COM	6.000	6.000
21	Anlodipino Besilato Dosagem: 5 MG	272434	2411	COM	36.000	36.000
22	Anlodipino Besilato Dosagem: 10 MG	268896	2411	COM	115.000	115.000
23	Atenolol Dosagem: 25 MG	267516	3106	COM	30.000	30.000



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO – RS

24	Atenolol Dosagem: 50 MG	267517	3106	COM	30.000	30.000
25	Azitromicina Dosagem: 40 MG/ML Apresentação: Suspensão Oral Descrição complementar: Frasco com 15 ML	268949	3167	FR	3.100	3.100
26	Azitromicina Dosagem: 500 MG	267140	3167	COM	19.500	19.500
27	Benzilpenicilina Apresentação: Benzatina Dosagem: 1.200.000 UI Uso: Injetável Descrição Complementar: Frasco-ampola pronto para uso ou com diluente, contendo 4ML	270612	365	FA	2.100	2.100
28	Biperideno Dosagem: 2 MG	270140	3567	COM	62.500	62.500
29	Biperideno Composição: Cloridrato Concentração: 5 MG/ML Forma Farmacêutica: Solução Injetável Descrição complementar: Ampola de 1 ML	396604	3567	AMP	150	150
30	Bisacodil Dosagem: 5 MG	269603	3570	COM	300	300
31	Captopril Concentração: 25MG	267613	4505	COM	48.000	48.000
32	Carbamazepina Dosagem: 20 MG/ML Apresentação: Suspensão Oral Descrição Complementar: Frasco com 100ML	272454	4509	FR	100	100
33	Carbamazepina Dosagem: 200 MG	267618	4509	COM	150.000	150.000
34	Carbonato de Cálcio	270895	15870	COM	72.000	72.000



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO – RS

	Dosagem: 500 MG de Cálcio Descrição Complementar: Comprimido 500 MG ou 1250 MG (equivalente a 500 MG de cálcio elementar)					
35	Carbonato de Lítio Dosagem: 300 MG	267621	4517	COM	120.000	120.000
36	Carvedilol Dosagem: 3,125 MG	267566	4677	COM	15.600	15.600
37	Carvedilol Dosagem: 6,25 MG	267565	4677	COM	25.000	25.000
38	Carvedilol Dosagem: 12,50MG	267564	4677	COM	50.400	50.400
39	Cefalexina Dosagem: 50 MG/ML Forma Farmacêutica: Pó Suspensão Oral Descrição Complementar: Frasco com 60 ML	331555	4720	FR	700	700
40	Cefalexina Dosagem: 500 MG	267625	4720	COM	34.500	34.500
41	Ceftriaxona Sódica Concentração: 500 MG Forma Farmacêutica: Pó P/ solução Injetável + Lidocaína Descrição Complementar: Frasco – Ampola Intramuscular IM	469929	4731	FA	4.000	4.000
42	Cetoconazol Dosagem: 200 MG	267151	4803	COM	1.200	1.200
43	Cetoprofeno Concentração: 50 MG/ML Forma Farmacêutica: Solução Injetável Descrição Complementar: Ampola de 2 ML.	448845	4804	AMP	2.000	2.000
44	Cianocobalamina	401890	4981	AMP	3.750	3.750



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO – RS

	Composição: Associada com Piridoxina Tiamina Concentração: 5MG+100MG+100MG/ML Forma Farmacêutica: Solução Injetável Descrição Complementar: Ampola de 1ML.					
45	Vitamina D Concentração: 1000 UI Descrição Complementar: Colecalciferol	434125	1631	COM	120.000	120.000
46	Ciclobenzaprina Cloridrato Dosagem: 10 MG	282313	15365	COM	90.000	90.000
47	Ciclobenzaprina Cloridrato Dosagem: 5 MG	272166	15365	COM	36.000	36.000
48	Cilostazol Concentração: 50 MG	276377	17993	COM	75.000	75.000
49	Cinarizina Dosagem: 75 MG	267629	5012	COM	60.000	60.000
50	Ciprofloxacino Cloridrato Dosagem: 500 MG	267632	5040	COM	28.000	28.000
51	Clindamicina Dosagem: 300 MG	268436	5077	CAP	1.800	1.800
52	Clonazepam Dosagem: 0,5 MG	270118	5087	COM	24.000	24.000
53	Clonazepam Dosagem: 2 MG	270119	5087	COM	78.000	78.000
54	Clonazepam Dosagem: 2,5 MG/ML Apresentação: Solução Oral Gotas Descrição Complementar: Frasco com 20ML – Gotejador	270120	5087	FR	300	300
55	Clonidina Cloridrato Concentração: 0,15 MG	272044	5156	COM	600	600
56	Cloreto De Sódio Concentração: 0,9 %	437160	5118	FR	600	600



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO – RS

	Forma Farmacêutica: Solução Nasal Descrição Complementar: Frasco com 30 ML – Gotejador					
57	Clorpromazina Concentração: 40 MG/ML Forma Farmacêutica: Solução Oral – Gotas Descrição Complementar: Frasco com 20ML	340207	5275	FR	900	900
58	Clorpromazina Dosagem: 100 MG	267638	5275	COM	120.000	120.000
59	Clorpromazina Dosagem: 25 MG	267635	5275	COM	60.000	60.000
60	Clorpromazina Dosagem: 5 MG/ML Apresentação: Solução Injetável Descrição Complementar: Ampola de 5ML	268069	5275	AMP	200	200
61	Colagenase Concentração: 0,6ui/G Uso: Pomada Descrição Complementar: Bisnaga com 30 G	268958	5331	BG	500	500
62	Dexametasona Dosagem: 4 MG	269388	6143	COM	8.000	8.000
63	Dexametasona Dosagem: 0,1 MG/ML Apresentação: Elixir Descrição Complementar: Frasco com 120 ML	268243	6143	FR	1.200	1.200
64	Dexametasona Dosagem: 0,1% Apresentação: Creme Descrição Complementar: Bisnaga com 10 G	267643	6143	BG	1.800	1.800
65	Dexametasona	292427	6143	AMP	2.700	2.700



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO – RS

	Dosagem: 4 MG/ML Forma Farmacêutica: Solução Injetável Descrição Complementar: Ampola de 2,5 ML					
66	Dexclorfeniramina Maleato Dosagem: 0,4 MG/ML Apresentação: Solução Oral Descrição Complementar: Frasco com 100ml	267646	9035	FR	1.500	1.500
67	Dexclorfeniramina Maleato Composição: Associada À Betametasona Concentração: 0,4 Mg + 0,05 MG/ML Forma Farmacêutica: Xarope Descrição Complementar: Frasco com 120ml	393870	9035	FR	2.000	2.000
68	Diazepam Dosagem: 10 MG	267197	6168	COM	225.000	225.000
69	Diazepam Dosagem: 5 MG	267195	6168	COM	32.500	32.500
70	Diazepam Dosagem: 5 MG/ML Apresentação: Solução Injetável Descrição Complementar: Ampola de 2ml	267194	6168	AMP	3.600	3.600
71	Diclofenaco Apresentação: Sal Sódico Dosagem: 25MG/ML Uso: Solução Injetável Descrição Complementar: Ampola de 3ML	271003	6171	AMP	2.100	2.100
72	Diclofenaco Composição: Sal Resinato Concentração: 15 MG/ML Forma Farmacêutica: Suspensão Oral – Gotas	352319	6171	FR	3.000	3.000



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO – RS

	Descrição Complementar: Frasco 20 ML					
73	Digoxina Dosagem: 0,25 MG	267647	6200	COM	4.200	4.200
74	Dipirona Sódica Dosagem: 500 MG/ML Apresentação: Solução Injetável Descrição Complementar: Ampola com 2ML	268252	17708	AMP	3.500	3.500
75	Dipirona Sódica Dosagem: 500 MG/ML Apresentação: Solução Oral (Gotas) Descrição Complementar: Frasco com 10 ml – Gotejador	267205	17708	FR	1.500	1.500
76	Dipirona Sódica Dosagem: 500 MG	267203	17708	COM	120.240	120.240
77	Doxazosina Mesilato Composição: 2 Mg	268493	9675	COM	120.000	120.000
78	Doxiciclina Dosagem: 100 Mg	271036	6397	COM	18.000	18.000
79	Enalapril Maleato Dosagem: 10 MG	267651	9038	COM	36.240	36.240
80	Enalapril Maleato Dosagem: 20MG	267652	9038	COM	36.000	36.000
81	Enalapril Maleato Dosagem: 5MG	267650	9038	COM	16.000	16.000
82	Escopolamina Butilbrometo Dosagem: 10 MG	267283	8254	COM	12.000	12.000
83	Escopolamina Butilbrometo Dosagem: 10 MG/ML Indicação: Solução Oral Descrição Complementar: Frasco com 20 ml – Gotejador	267281	8254	FR	600	600
84	Escopolamina Butilbrometo Dosagem: 20 MG/ML Indicação: Solução Injetável	267282	8254	AMP	600	600



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO – RS

	Descrição Complementar: Ampola de 1ML					
85	Escopolamina Butilbrometo Apresentação: Associada com Dipirona Sódica Dosagem: 10mg + 250mg	270620	8254	COM	12.000	12.000
86	Escopolamina Butilbrometo Apresentação: Associada Com Dipirona Sódica Dosagem: 6,67mg + 333mg/ML Indicação: Solução Oral Descrição Complementar: Frasco com 20 ml – Gotejador	270622	8254	FR	400	400
87	Escopolamina Butilbrometo Apresentação: Associada com Dipirona Sódica Dosagem: 4mg + 500mg/ML Indicação: Solução Injetável Descrição Complementar: Ampola de 5 ml	270621	8254	AMP	300	300
88	Epinefrina Dosagem: 1MG/ML Uso: Solução Injetável Descrição Complementar: Ampola de 1ML	268255	6614	FA	600	600
89	Espironolactona Dosagem: 25 MG	267653	7024	COM	60.150	60.150
90	Espironolactona Dosagem: 100 MG	267654	7024	COM	900	900
91	Fenitoína Sódica Dosagem: 100 MG	267657	7351	COM	36.000	36.000
92	Fenobarbital Sódico Dosagem: 100 MG	267660	7355	COM	84.300	84.300
93	Fenobarbital Sódico Dosagem: 40 MG/ML Forma Farmacêutica: Solução Oral – Gotas	300723	7355	FR	1.500	1.500



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO – RS

	Descrição Complementar: Frasco com 20ML					
94	Finasterida Concentração: 5 MG	275963	7498	COM	72.000	72.000
95	Fluconazol Dosagem: 150 MG	267662	7644	CAP	3.600	3.600
96	Fluoxetina Dosagem: 20 MG	273009	7667	COM	568.400	568.400
97	Furosemida Composição: 10 MG/MI Apresentação: Solução Injetável Descrição Complementar: Ampola de 2ML	267666	7878	AMP	1.100	1.100
98	Furosemida Dosagem: 40 MG	267663	7878	COM	45.200	45.200
99	Glibenclamida Dosagem: 5 MG	267671	8000	COM	27.000	27.000
100	Glicose Concentração: 50% Indicação: Solução Injetável Descrição Complementar: Ampola de 10 ML	267541	8007	AMP	4.000	4.000
101	Haloperidol Apresentação: Sal Decanoato Concentração: 50 MG/ML Tipo Uso: Solução Injetável Descrição Complementar: Ampola 1ML - intramuscular IM	292194	8164	AMP	1.400	1.400
102	Haloperidol Concentração: 2 MG/ML Tipo Uso: Solução Oral-Gotas Descrição Complementar: Frasco com 20ML	292195	8164	FR	600	600
103	Haloperidol Concentração: 5 MG/ML Tipo Uso: Solução Injetável	292196	8164	AMP	200	200



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO – RS

	Descrição Complementar: Ampola de 1 ml					
104	Haloperidol Dosagem: 1 MG	267670	8164	COM	12.000	12.000
105	Haloperidol Dosagem: 5 MG	267669	8164	COM	60.000	60.000
106	Hidralazina Dosagem: 25 MG	268111	8211	COM	36.000	36.000
107	Hidroclorotiazida Dosagem: 25 MG	267674	8220	COM	60.000	60.000
108	Hidrocortisona Composição: Sal Succinato Sódico Concentração: 100 MG Forma Farmacêutica: Pó Liófilo P/ Injetável Descrição Complementar: Frasco- ampola com diluente	342135	8222	FA	1.200	1.200
109	Hidróxido De Alumínio Concentração: 60 MG/ML Forma Farmacêutica: Suspensão Oral Descrição Complementar: Frasco com 100 ML	433257	8231	FR	1.000	1.000
110	Hidroxizina Cloridrato Concentração: 2 MG/ML Forma Farmacêutica: Solução Oral Descrição Complementar: Frasco com 120 ML	394263	8249	FR	250	250
111	Ibuprofeno Dosagem: 300 MG	267677	8275	COM	100.000	100.000
112	Ibuprofeno Dosagem: 50 MG/ML Forma Farmacêutica: Suspensão Oral Descrição Complementar: Frasco com 30 ML	294643	8275	FR	900	900
113	Imipramina Princípio Ativo: Cloridrato	267292	5194	COM	60.000	60.000



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO – RS

	Dosagem: 25 MG					
114	Ipratrópio Brometo Dosagem: 0,25 MG/ML Uso: Solução Para Inalação Descrição Complementar: Frasco com 30 ML	268331	8482	FR	600	600
115	Isossorbida Princípio Ativo: Sal Dinitrato Dosagem: 5 MG Tipo Medicamento: Sublingual	273395	6223	COM	12.600	12.600
116	Isossorbida Princípio Ativo: Sal Mononitrato Dosagem: 20 MG	273400	6223	COM	25.000	25.000
117	Isossorbida Princípio Ativo: Sal Mononitrato Dosagem: 40 MG	273401	6223	COM	72.000	72.000
118	Itraconazol Dosagem: 100 MG	268861	8514	CAP	34.000	34.000
119	Ivermectina Concentração: 6 MG	376767	1795	COM	1.500	1.500
120	Lactulose Concentração: 667 MG/ML Forma Farmacêutica: Xarope Descrição Complementar: Frasco com 120ML	383750	8605	FR	1.200	1.200
121	Levodopa Composição: Associado À Benserazida Concentração: 200MG + 50 MG Forma Farmacêutica: Liberação Prolongada	455682	17813	COM	30.000	30.000
122	Levodopa Composição: Associado À Carbidopa Dosagem: 250MG + 25MG	270130	17813	COM	4.500	4.500
123	Levotiroxina Sódica Dosagem: 100 Mcg	268125	8812	COM	60.000	60.000
124	Levotiroxina Sódica Dosagem: 50 Mcg	268123	8812	COM	120.000	120.000
125	Levotiroxina Sódica	268124	8812	COM	93.750	93.750



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO – RS

	Dosagem: 25 Mcg					
126	Lidocaína Cloridrato Dosagem: 2% Apresentação: Injetável Descrição Complementar: Frasco com 20ML, SEM VASOCONSTRITOR	269843	17807	FR	1.100	1.100
127	Lidocaína Cloridrato Dosagem: 2% Apresentação: Geléia Descrição Complementar: Bisnaga de 30G	269846	17807	BG	1.900	1.900
128	Loperamida Cloridrato Concentração: 2mg	273264	8918	COM	30.000	30.000
129	Loratadina Concentração: 10MG	273466	8919	COM	72.000	72.000
130	Loratadina Concentração: 1MG/ML Tipo Medicamento: Xarope Descrição Complementar: Frasco com 100ML	273467	8919	FR	900	900
131	Losartana Potássica Dosagem: 50 MG	268856	8922	COM	90.000	90.000
132	Metformina Cloridrato Dosagem: 500 MG	267690	5206	COM	24.000	24.000
133	Metformina Cloridrato Dosagem: 850 MG	267691	5206	COM	25.000	25.000
134	Metildopa Dosagem: 250 MG	267689	9697	COM	12.000	12.000
135	Metoclopramida Cloridrato Dosagem: 10 MG	267312	9702	COM	21.000	21.000
136	Metoclopramida Cloridrato Dosagem: 4 MG/ML Apresentação: Solução Oral Descrição Complementar: Frasco com 10ML	267311	9702	FR	400	400
137	Metoclopramida Cloridrato	267310	9702	AMP	800	800



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO – RS

	Dosagem: 5 Mg/MI Apresentação: Solução Injetável Descrição Complementar: Ampola de 2 ml					
138	Metoprolol Composição: Sal Tartarato Concentração: 100 MG	394650	9703	COM	136.800	136.800
139	Metoprolol Princípio Ativo: Sal Succinato Dosagem: 50 MG Apresentação: Liberação Controlada	276657	9703	COM	90.000	90.000
140	Metoprolol Princípio Ativo: Sal Succinato Dosagem: 25 MG Apresentação: Liberação Controlada	276656	9703	COM	80.000	80.000
141	Metronidazol Concentração: 100 MG/G Forma Farmacêutica: Creme Vaginal Característica Adicional: Com Aplicador Descrição Complementar: Bisnaga com 50 G	345300	9712	BG	700	700
142	Metronidazol Dosagem: 250 MG	267717	9712	COM	12.000	12.000
143	Miconazol Nitrato Dosagem: 20 MG/G Apresentação: Creme Descrição Complementar: Uso tópico -Bisnaga com 28 G.	268286	9717	BG	900	900
144	Miconazol Nitrato Dosagem: 2% Apresentação: Creme Vaginal Descrição Complementar: Bisnaga com 80 G.	268162	9717	BG	600	600
145	Morfina Apresentação: Sulfato	304871	9907	AMP	400	400



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO – RS

	Concentração: 10MG/MI Forma Farmacêutica: Solução Injetável Descrição Complementar: Ampola com 2ML					
146	Neomicina Composição: Associada com Bacitracina Concentração: 5mg + 250ui/G Tipo Medicamento: Pomada Descrição Complementar: Bisnaga com 10 G	273167	10073	BG	1.800	1.800
147	Nifedipino Dosagem: 10 MG	267728	10082	COM	9.000	9.000
148	Nimesulida Dosagem: 100 Mg	273710	10083	COM	30.240	30.240
149	Nistatina Dosagem: 100.000 Ui/MI Apresentação: Suspensão Oral Descrição Complementar: Frasco de 50 ML	267378	10094	FR	600	600
150	Nistatina Dosagem: 25.000 Ui/G Apresentação: Creme Vaginal Descrição Complementar: Bisnaga com 50 G	266788	10094	BG	400	400
151	Nitrofurantoína Dosagem: 100 MG	268273	10109	CAP	24.000	24.000
152	Norfloxacino Dosagem: 400 MG	268851	16340	COM	3.000	3.000
153	Omeprazol Concentração: 20 MG	267712	10216	CAP	343.840	343.840
154	Ondansetrona Cloridrato Dosagem: 4 MG	268506	10217	COM	3.000	3.000
155	Paracetamol Dosagem Solução Oral: 200 MG/ML Apresentação: Solução Oral	267777	10422	FR	2.640	2.640



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO – RS

	Descrição Complementar: Frasco com 15 ml					
156	Paracetamol Dosagem Comprimido: 500 MG	267778	10422	COM	90.000	90.000
157	Paracetamol Apresentação: Associado Com Codeína Dosagem: 500mg + 30mg	270907	10422	COM	45.000	45.000
158	Permetrina Concentração: 50 MG/ML Forma Farmacêutica: Loção Descrição Complementar: Frasco com 60ml	363597	10676	FR	600	600
159	Permetrina Dosagem: 10 MG/ML Indicação: Loção Descrição Complementar: Frasco com 60ml	267773	10676	FR	300	300
160	Prednisolona Composição: Fosfato Sódico Concentração: 3 MG/ML Forma Farmacêutica: Solução Oral Descrição Complementar: Frasco com 60ml	448595	11153	FR	2.600	2.600
161	Prednisona Dosagem: 5 Mg	267741	11154	COM	25.000	25.000
162	Prednisona Dosagem: 20 Mg	267743	11154	COM	36.000	36.000
163	Prometazina Cloridrato Dosagem: 25 MG	267768	11262	COM	60.000	60.000
164	Prometazina Cloridrato Dosagem: 25 MG/ML Apresentação: Solução Injetável Descrição Complementar: Ampola com 2 ml	267769	11262	AMP	400	400
165	Propiltiouracil Dosagem: 100 MG	273589	11274	COM	3.000	3.000
166	Propranolol Cloridrato Dosagem: 40 MG	267772	5235	COM	9.000	9.000



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO – RS

167	Quetiapina Dosagem: 25 MG	272831	17689	COM	150.000	150.000
168	Risperidona Dosagem: 1 MG/ML Uso: Solução Oral, Com Pipeta Dosadora Descrição Complementar: Frasco com 30 ml	284106	11759	FR	1.600	1.600
169	Risperidona Dosagem: 2 MG	268149	11759	COM	30.000	30.000
170	Salbutamol Dosagem: 0,4 Mg/ML Forma Farmacêutica: Xarope Descrição Complementar: Frasco com 120 ml	292331	11917	FR	2.000	2.000
171	Salbutamol Dosagem: 100mcg/Dose Forma Farmacêutica: Aerossol Oral Descrição Complementar: Frasco com 200 doses.	294887	11917	FR	800	800
172	Sais Para Reidratação Oral Cloreto de sódio 3,5g/l Cloreto de Potássio 1,5g/l Citrato de Sódio 2,9g/l Glicose 20,0g/l Peso líquido 27,9g	-	11912	ENV	1.000	1.000
173	Simeticona Concentração: 75 MG/ML Forma Farmacêutica: Emulsão Oral – Gotas Descrição Complementar: Frasco com 15 ML – Gotejador	412966	14559	FR	600	600
174	Sinvastatina Dosagem: 20 MG	267747	12096	COM	60.000	60.000
175	Sulfadiazina Princípio Ativo: De Prata	272089	12314	BG	1.500	1.500



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO – RS

	Dosagem: 1% Indicação: Creme Descrição Complementar: Bisnaga com 30 G					
176	Sulfametoxazol Composição: Associado à Trimetoprima Concentração: 40MG + 8MG/ML Forma Farmacêutica: Suspensão Oral Descrição Complementar: Frasco com 100ML	308884	12315	FR	1.200	1.200
177	Sulfametoxazol Composição: Associado À Trimetoprima Concentração: 400mg + 80mg	308882	12315	COM	30.000	30.000
178	Sulfato Ferroso Dosagem Ferro: 25mg/ML De Ferro li Forma Farmacêutica: Solução Oral-Gotas Descrição Complementar: Frasco com 30 ML	292345	12357	FR	400	400
179	Sulfato Ferroso Dosagem Ferro: 40MG De Ferro li	292344	12357	COM	100.000	100.000
180	Timolol Concentração: 0,5% Indicação: Solução Oftálmica Descrição Complementar: Frasco com 5 ML	272581	12727	FR	120	120
181	Tobramicina Dosagem: 0,3% Apresentação: Solução Oftálmica Descrição Complementar: Frasco com 5 ML	271581	12795	FR	200	200
182	Tramadol Cloridrato Dosagem: 50 MG/ML Forma Farmacêutica: Solução Injetável	292382	5254	AMP	1.100	1.100



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO – RS

	Descrição Complementar: Ampola com 2 ML					
183	Valproato de Sódio Concentração: 50 MG/ML Forma Farmacêutica: Xarope Descrição Complementar: Frasco de 100ML.	328532	13243	FR	1.200	1.200
184	Varfarina Sódica Dosagem: 5 MG	279269	13483	COM	12.000	12.000
185	Verapamil Cloridrato Dosagem: 80 MG	267425	13384	COM	9.000	9.000
186	Cateter Aspiração Traqueal Material: Pvc Atóxico Flexível Tipo Uso: Descartável Características Adicionais: Ponta Atraumática, Orifícios Distais Lateralizados Tipo Embalagem: Estéril, Embalagem Individual Espessura: Nº 8	279763	14736	UN	600	600
187	Cateter Aspiração Traqueal Material: Pvc Atóxico Flexível Tipo Uso: Descartável Características Adicionais: Ponta Atraumática, Orifícios Distais Lateralizados Tipo Embalagem: Estéril, Embalagem Individual Espessura: Nº 10	279765	14736	UN	1.000	1.000
188	Cateter Aspiração Traqueal Material: Pvc Atóxico Flexível Tipo Uso: Descartável Características Adicionais: Ponta Atraumática, Orifícios Distais Lateralizados Tipo Embalagem: Estéril, Embalagem Individual Espessura: Nº 12	279764	14736	UN	1.000	1.000
189	Cateter Aspiração Traqueal Material: Pvc Atóxico Flexível Tipo Uso: Descartável	279761	14736	UN	1.000	1.000



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO – RS

	Características Adicionais: Ponta Atraumática, Orifícios Distais Lateralizados Tipo Embalagem: Estéril, Embalagem Individual Espessura: Nº 14					
190	Cateter Aspiração Traqueal Material: Pvc Atóxico Flexível Tipo Uso: Descartável Características Adicionais: Ponta Atraumática, Orifícios Distais Lateralizados Tipo Embalagem: Estéril Embalagem Individual Espessura: Nº 16	279762	14736	UN	1.000	1.000
191	Equipo De Nutrição Enteral Material: Pvc, C/ Cor Tipo: Gravitacional, 1 Via Câmara Gotejamento: Macrogotas, Flexível Regulador de Fluxo Manual: Pinça Rolete Conector Dieta: Ponta Perfurante C/ Respiro Conector Paciente: Escalonado Comprimento Total Do Tubo: Até 180 Cm Adicional: C/ Clamp Esterilidade: Estéril, Uso Único Tipo Embalagem: Individual	609806	30132	UN	15.000	15.000
192	Lanceta Material Lâmina: Aço Inoxidável, Ponta Afiada Trifacetada Uso: Descartável Características Adicionais: Estéril, Embalagem Individual Tipo: Com Sistema Retrátil	338605	8694	UN	75.000	75.000
193	Recipiente Nutrição Enteral Material: Plástico Transparente Capacidade: 300 ML Componentes: Com Tampa Rosqueada, Alça, Etiqueta, Bico Conector Graduação: Graduado	395537	11483	UN	15.000	15.000



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO – RS

	Esterilidade: Estéril, atóxico Tipo Uso: Descartável Apresentação: Embalagem Individual					
194	Reagente Para Diagnóstico Clínico 5 Tipo De Análise: Quantitativo De Glicose Características Adicionais: Capilar Apresentação: Tira Descrição Complementar: Compatível com o aparelho GlucoLeader + aparelho monitor de glicemia capilar Modelo Enhance em comodato.	339565	18984	UN	189.000	189.000
195	Seringa Material: Polipropileno Capacidade: 1 ML Tipo Bico: Bico Central Luer Lock Ou Slip Tipo Vedação: Êmbolo De Borracha Adicional: Graduada (Escala Ui), Numerada Tipo Agulha: C/ Agulha 26 G X 1/2" Esterilidade: Estéril, descartável Apresentação: Embalagem Individual Descrição Complementar: Com Bico Luer Slip, com agulha removível	439654	17428	UN	53.500	53.500
196	Seringa Material: Polipropileno Capacidade: 20 ML Tipo Bico: Bico Lateral Luer Slip Tipo Vedação: Êmbolo De Borracha Adicional: Graduada, numerada Esterilidade: Estéril, descartável Apresentação: Embalagem Individual Descrição Complementar:	439630	17428	UN	25.000	25.000



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO – RS

	Com Bico Luer Slip, sem agulha acoplada					
197	Sonda Trato Urinário Modelo: Uretral Material: Silicone Calibre: 6 FRENCH Conector: Conector Padrão Comprimento: Cerca 40 CM Tipo Ponta: Ponta Distal Cilíndrica C/ Orifício Esterilidade: Estéril, descartável Embalagem: Embalagem Individual	437437	2639	UN	600	600
198	Sonda Trato Urinário Modelo: Uretral Material: Silicone Calibre: 8 FRENCH Conector: Conector Padrão Comprimento: Cerca 40 CM Tipo Ponta: Ponta Distal Cilíndrica C/ Orifício Esterilidade: Estéril, descartável Embalagem: Embalagem Individual	437440	2639	UN	600	600
199	Sonda Trato Urinário Modelo: Uretral Material: Silicone Calibre: 10 FRENCH Conector: Conector Padrão Comprimento: Cerca 40 CM Tipo Ponta: Ponta Distal Cilíndrica C/ Orifício Esterilidade: Estéril, descartável Embalagem: Embalagem Individual	437442	2639	UN	9.000	9.000
200	Sonda Trato Urinário Modelo: Uretral Material: Silicone Calibre: 12 FRENCH Conector: Conector Padrão Comprimento: Cerca 40 CM	437443	2639	UN	7.200	7.200



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO – RS

	Tipo Ponta: Ponta Distal Cilíndrica C/ Orifício Esterilidade: Estéril, descartável Embalagem: Embalagem Individual					
201	Sonda Trato Urinário Modelo: Uretral Material: Silicone Calibre: 14 FRENCH Conector: Conector Padrão Comprimento: Cerca 40 CM Tipo Ponta: Ponta Distal Cilíndrica C/ Orifício Esterilidade: Estéril, Descartável Embalagem: Embalagem Individual	437436	2639	UN	1.000	1.000
202	Sonda Trato Urinário Modelo: Uretral Material: Silicone Calibre: 16 FRENCH Conector: Conector Padrão Comprimento: Cerca 40 CM Tipo Ponta: Ponta Distal Cilíndrica C/ Orifício Esterilidade: Estéril, Descartável Embalagem: Embalagem Individual	437441	2639	UN	1.000	1.000

Considerando a inexistência de código descritivo compatível com as especificações técnicas adotadas, para o item **172** não foi possível a utilização de CATMAT específico, em razão da descrição técnica detalhada dos produtos.

4.1 VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

Valores Sigilosos.

4.2 CUSTOS ADJACENTES À CONTRATAÇÃO

Não há custos adjacentes mensuráveis.

4.3 JUSTIFICATIVA PARA DEFINIÇÃO DAS QUANTIDADES

A definição das quantidades a serem adquiridas neste certame levou em consideração a dispensação dos medicamentos registrados no sistema de informática da Farmácia Municipal no ano de 2024/2025, as necessidades de reposição e o comportamento do perfil epidemiológico no município. Para garantir a adequação das quantidades solicitadas, foi utilizado como referência o histórico de retiradas em 2024/2025, Além das quantidades solicitadas pela secretaria de Proteção Animal, cuja justificativa foi:

Os quantitativos estimados foram definidos com base na demanda atual dos atendimentos realizados pelo Castramóvel, que conta com duas médicas veterinárias atuando diariamente em procedimentos clínicos e cirúrgicos, com média de 35 a 40 castrações semanais.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO – RS

Observou-se aumento no consumo de diversos insumos e medicamentos, sendo necessário o ajuste dos quantitativos em relação ao processo anterior, como no caso da Lidocaína, cujo quantitativo foi ampliado para atender à demanda atual.

Destaca-se, ainda, o crescimento expressivo no uso de Itraconazol, destinado ao tratamento de felinos com esporotricose, tendo em vista o aumento dos casos e a continuidade dos tratamentos, que possuem duração prolongada.

Ressalta-se que os quantitativos também consideram situações eventuais que impactam diretamente a demanda, como enchentes e outras ocorrências, que elevam o número de animais em situação de vulnerabilidade e a necessidade de atendimentos e procedimentos.

Dessa forma, os quantitativos foram ajustados com base no consumo atual e na projeção da demanda, visando garantir a continuidade e eficiência dos serviços prestados.

4.4 JUSTIFICATIVA PARA O VALOR DA CONTRATAÇÃO

O valor total máximo da contratação foi baseado conforme o Art. 23 da Lei 14.133/2021.

4.5 VALOR ESTIMADO SIGILOSO: SIM.

Sigiloso, conforme orientação disposta na Cartilha de Aquisição de Medicamentos, do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul.

Na proposta de preços, a cotação dos medicamentos que pertencem ao rol do **Convênio CONFAZ 87/2002** e suas alterações (que trata sobre a concessão de isenção do ICMS nas operações com fármacos e medicamentos destinados a órgãos da Administração Pública Direta Federal, Estadual e Municipal) devem **OBRIGATORIAMENTE** informar que são desonerados e demonstrar a dedução do referido imposto, conforme prerrogativas do referido Convênio.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1 REQUISITOS ADICIONAIS PARA OS ITENS A SEREM ADQUIRIDOS: SIM

- Os medicamentos deverão ter validade mínima de 18 meses ou 75% do prazo total de validade contados a partir da entrega.
- As tiras deverão ser compatíveis com o aparelho GlucoLeader e acompanhadas de aparelho monitor de glicemia (glicosímetro) modelo GlucoLeader Enhance, fornecido em comodato, na proporção de 1 aparelho para cada 400 tiras, quando solicitado pelo município.
Também será aceita a oferta de outra marca de tiras e aparelhos, desde que sejam fornecidos 550 aparelhos de medição de glicose em comodato para substituição dos aparelhos atualmente utilizados pelo município. Após a distribuição dos 550 aparelhos, será restabelecida a proporção de 1 (um) aparelho para cada 400 tiras, mediante solicitação do Município.
- O item 34 (Carbonato de Cálcio 500mg), será aceito na forma 500mg ou 1250mg (equivalente a 500mg de cálcio elementar).
- O item 82 (Escopolamina, Butilbrometo 10 mg), será aceito na forma Comprimido ou Drágea.

5.1.1 Justificativa para os Requisitos dos itens

Considerando que o prazo de validade padrão de medicamentos é de 36 meses, o prazo mínimo solicitado é bastante razoável para que o medicamento não venha a perder a validade e eficácia, causando desabastecimento, visto sua inutilidade, bem como desperdício de recurso público. Tal exigência é amplamente praticada no mercado.

5.2 REQUISITOS ADICIONAIS PARA OS SERVIÇOS CONTRATADOS: NÃO

Não se aplica.

5.2.1 Justificativa para os Requisitos dos Serviços

Não se aplica.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO – RS

5.3 DOCUMENTO DE HABILITAÇÃO

5.3.1 Remover algum documento de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista: Não

Não foi identificada a necessidade da remoção dos documentos.

5.3.2 Exigir Balanço Patrimonial ou Certidão Negativa de Falência: Não.

Não há necessidade.

5.3.3 Documentos de Habilitação

5.3.3.1 Profissional registrado em conselho competente e detentor de ART para obra e serviço semelhante: Sim

O farmacêutico responsável pela empresa deve estar devidamente registrado no Conselho Regional de Farmácia, conforme disposição dos artigos 21 e 22 da Lei Federal nº. 5991/1973, que regulamenta o controle de medicamentos e insumos farmacêuticos.

5.3.3.2 Atestado de Capacidade Técnica ou Avaliação Cadastral PNCP: Não

Não há necessidade.

5.3.3.3 Indicação de Pessoal Técnico, instalações e aparelhos adequados: Não

Não há necessidade.

5.3.3.4 Registro da Empresa na Entidade Profissional Competente: Sim

A empresa deve apresentar Certidão de Regularidade Técnica, emitida pelo Conselho Regional de Farmácia, conforme disposição do artigo 21 da Lei Federal nº. 5991/1973, que regulamenta o controle de medicamentos e insumos farmacêuticos.

5.3.3.5 Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições do local: Não

Não há necessidade.

5.3.3.6 Outros documentos de habilitação previstos em lei específica: Sim

a) **Autorização de Funcionamento de Empresa – AFE** da empresa licitante, quando for o caso; conforme disposto no art. 50 da Lei Federal nº. 6360/1976, combinado com a RDC ANVISA nº. 16/2014, art. 3º.

b) **Autorização de Funcionamento de Empresa – AFE** da empresa fabricante ou importadora; conforme disposto na RDC ANVISA nº. 16/2014, art. 3º.

c) **Autorização de Funcionamento Especial – AE**, quando aplicável, conforme disposto no art. 22 da Lei Federal nº. 6360/1976, para os itens: 07, 08, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 25, 26, 27, 28, 29, 32, 33, 35, 39, 40, 41, 50, 51, 52, 53, 54, 57, 58, 59, 60, 68, 69, 70, 78, 91, 92, 93, 96, 101, 102, 103, 104, 105, 113, 141, 142, 145, 149, 150, 151, 152, 167, 168, 169, 175, 176, 177, 181, 182 e 183.

d) **Certificado de Registro do Produto**, emitido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) vinculada ao Ministério da Saúde, ou cópia da publicação do Certificado de Registro no “Diário Oficial da União – DOU (sendo que se for apresentada cópia da publicação no DOU, a licitante deverá grifar com caneta marca texto colorida, para facilitar o julgamento ou comprovação por meio de normas vigentes da ANVISA quanto à isenção de tal documento), conforme disposto na Lei Federal nº. 9782/1999, art. 7º, IX. Aplicável a todos os produtos.

e) **Licença Sanitária Estadual ou Municipal**, conforme o enquadramento da empresa.

A análise da documentação será realizada pela Fiscal Técnica da Contratação a Farmacêutica, Eduarda Mallet da Silva - CRF - 587720.

5.4 PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

O certame se dará com ampla concorrência, com preferência para ME/EPP/MEI, em conformidade com o disposto no art. 49 da Lei Complementar nº. 123/2006. No caso dos medicamentos, o município já teve experiências



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO – RS

anteriores com baixo êxito. O PE nº. 33/2022, com 94 itens, apenas 16 foram homologados, e o PE nº. 114/2022, com 89 itens, apenas 09 homologados. Diante do baixo índice de assertividade, a ampla concorrência se mostra mais resolutive para a aquisição de medicamentos, primando sempre pelo interesse público em dispor dos itens necessários para atendimento da população. Salienciamos ainda que os fornecedores que participam ativamente de nossos processos licitatórios não são enquadrados como ME/EPP, e que as empresas de maior porte, por sua maior capacidade logística, atendem a contento as entregas de produtos com grandes quantitativos e em curto espaço de tempo, evitando desabastecimento.

5.5 DOCUMENTOS A SEREM APRESENTADOS NA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Não há necessidade.

6. ALTERNATIVAS DE MERCADO

Após análise e pesquisa de mercado, conclui-se que não existem alternativas viáveis para os medicamentos descritos, considerando que suas propriedades farmacológicas, forma de apresentação e finalidade clínica são insubstituíveis para garantir o tratamento adequado da população. A substituição por outros produtos poderia comprometer a eficácia dos tratamentos prescritos, colocando em risco a saúde dos pacientes. Destaca-se, ainda, que o sistema de registro de preços mostra-se a alternativa mais vantajosa para a Administração Pública, por proporcionar maior flexibilidade nas aquisições, possibilitar contratações conforme a demanda e otimizar a gestão dos recursos públicos.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

7.1 PRAZO DE ENTREGA

O prazo de entrega será de até 20 dias, a contar do envio do empenho para o e-mail constante na proposta da empresa.

7.2 PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O prazo de vigência da ata de registros de preços será de um ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Diário Oficial do Município, e poderá ser prorrogado por igual período desde que comprovado que o preço é vantajoso.

7.3 PRAZO DE VIGÊNCIA DOS CONTRATOS DELA DECORRENTE

A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada por meio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho, de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o disposto no art. 95 da Lei 14.133 de 2021. Os instrumentos serão assinados e emitidos dentro do prazo de validade da ata de registro de preços.

7.4 LOCAL DE ENTREGA

Os produtos solicitados pela **Secretaria de Saúde** devem ser entregues na Farmácia Básica Municipal, Rua Luiz Miller, s/nº (Prédio INSS), Centro – Sede. Horário de funcionamento: Segunda à Sexta – 09h às 12h – 13h às 16h.

Os produtos solicitados pela **Secretaria de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente** devem ser entregues na Coordenadoria de Proteção Animal, Rua Luiz Miller, s/nº (Prédio INSS), Centro – Sede. Horário de funcionamento: Segunda à Sexta – 09h às 12h – 13h às 16h.

7.5 CONDIÇÕES DE ACONDICIONAMENTO DOS PRODUTOS.

Os produtos deverão ser entregues em embalagens originais de fábrica, devidamente lacradas, íntegras e identificadas, contendo informações legíveis sobre marca, lote, data de fabricação, prazo de validade e demais dados exigidos pela legislação vigente.

Os medicamentos e demais insumos deverão ser entregues em embalagens que assegurem sua estabilidade e integridade, respeitando as condições de conservação indicadas pelo fabricante, inclusive quanto ao controle de temperatura, se aplicável, e com prazo de validade adequado no momento da entrega.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO – RS

Os produtos deverão estar em conformidade com as normas sanitárias vigentes e ser transportados em condições que assegurem a manutenção da qualidade e segurança até o momento da entrega no local indicado pelo Município.

A empresa deve cumprir todas as exigências constantes na **RDC 430/2020 da ANVISA**, que dispõe sobre as Boas Práticas de Distribuição, Armazenagem e Transporte de Medicamentos, além das demais normas citadas no decorrer deste documento.

7.6 EXECUÇÃO DO OBJETO

- Será de responsabilidade da contratada a entrega dos itens obedecendo ao descritivo e as quantidades solicitados, através do empenho ou outro documento hábil;
- As empresas vencedoras deverão fornecer os itens nas condições estipuladas, no prazo e local indicado, em total conformidade com o descritivo informado nesse Estudo Técnico;
- Reparar e/ou corrigir, às suas expensas, o fornecimento em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do objeto em desacordo com o descritivo desse Estudo Técnico.
- Os produtos solicitados pela Secretaria de Saúde deverão ser entregues nos endereços informados, conforme o cronograma e os horários de funcionamento.
- Os números dos lotes com as respectivas quantidades, data de fabricação, data de validade e o código da Nomenclatura Comum no Mercosul (NCM/SH), deverão estar especificadas na Nota Fiscal, devendo ser transmitidos os Arquivos das Notas Fiscais em formato PDF.

7.7 PÓS VENDA E GARANTIA.

- Aplica-se ainda sobre a garantia o disposto no Código de Defesa do Consumidor, Lei Federal n. 8.078/1990.

7.8 QUAL A ROTINA DE FISCALIZAÇÃO SERÁ ADOTADA?

O Fiscal Técnico será responsável pelo recebimento e conferência do material, bem como pela indicação de eventual divergência em relação às especificações descritas no termo de referência, observado o disposto no Decreto Municipal nº 5.397/2024.

7.9 EXPECTATIVA DE VIDA DO OBJETO OU DO RESULTADO DO SERVIÇO

Espera-se que a contratação contemple o abastecimento da farmácia da Secretaria de Saúde pelo menos até maio/2027, período ao qual ocorrerá um novo certame unificado de medicamentos.

7.10 Obrigações da Contratada

- Cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência, seus anexos e sua proposta; assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
- Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução da contratação.
- Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste Termo;
- Substituir, reparar ou corrigir no prazo de 3 (três) dias, avarias ou defeitos.
- Cumprir as demais obrigações previstas no edital, na ata de registro de preços e nas legislações aplicáveis, especialmente no que se refere à segurança, qualidade e responsabilidade no fornecimento dos medicamentos e insumos.

7.11 Obrigações do Município

- Acompanhar e fiscalizar o fornecimento dos itens.
- Aplicar à contratada as sanções cabíveis;
- Efetuar o pagamento à contratada, nos termos do contrato;
- Documentar as ocorrências havidas na execução do contrato;
- Fiscalizar o cumprimento das obrigações contratuais pela contratada;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO – RS

- f) A administração poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas imediatamente.

8. PARCELAMENTO DA CONTRATAÇÃO

8.1 O OBJETO SERÁ DIVIDIDO EM LOTES? NÃO.

Os medicamentos e os insumos serão adquiridos por item.

8.2 A ENTREGA SERÁ EM PARCELA ÚNICA OU SEGUIRÁ UM CRONOGRAMA?

Como será por Sistema de Registro de Preços, os materiais serão solicitados conforme a necessidade.

8.3 O PAGAMENTO SERÁ INTEGRAL OU PARCELADO? PARCELADO

O pagamento será parcelado, pois trata-se de registro de preços.

8.4 OS SERVIÇOS SERÃO POR REGISTRO DE PREÇOS? SIM

Será aberto Sistema de Registro de Preços para aquisições eventuais e futuras. A escolha foi motivada pois a Administração, apesar de ter um possível cronograma, não consegue prever a quantidade ideal e as datas que serão necessárias.

9. RESULTADOS PRETENDIDOS COM A CONTRATAÇÃO

Com a aquisição pretendida, o município assegurará a continuidade no fornecimento de medicamentos, evitando o desabastecimento na farmácia municipal e garantindo o atendimento adequado à população.

10. OUTRAS PROVIDENCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO: NÃO

Não é necessário a publicação de extrato do edital referente a esta contratação no Diário Oficial do Estado e no Diário Oficial da União.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS

11.1 ESSE OBJETO JÁ FOI CONTRATADO ANTERIORMENTE? SIM

Foi contratado no P.E nº 30/2025 e 83/2025.

11.2 HÁ PREVISÃO DE CONTRATAR NOVAMENTE ESSES OBJETOS AINDA ESTE ANO? NÃO.

Não há previsão de contratar novamente este ano.

11.3 SERÁ NECESSÁRIO CONTRATAR OUTRO OBJETO PARA CONSEGUIR USAR ESSA CONTRATAÇÃO EM PLENITUDE? NÃO.

Não serão necessárias contratações adicionais.

11.4 ESSA CONTRATAÇÃO IRÁ GERAR A NECESSIDADE DE NOVAS CONTRATAÇÕES? NÃO

Não serão necessárias novas contratações.

12 IMPACTOS AMBIENTAIS

12.1 HÁ IMPACTOS AMBIENTAIS IDENTIFICÁVEIS NA CONTRATAÇÃO? SIM.

O principal impacto ambiental relacionado à presente compra é o descarte inadequado desses materiais. O descarte de medicamentos, com ou sem suas embalagens, e sondas, cateteres, seringas e tiras reagentes a glicose utilizada junto aos resíduos sólidos domiciliares ou diretamente no solo, bem como seu lançamento na rede pública de esgoto, geram riscos elevados de contaminação ambiental, podendo impactar negativamente a saúde humana e o meio ambiente.

Uma vez que descartados inadequadamente, estes materiais podem soltar substâncias químicas nocivas aos solos e à água, afetando a vegetação, os animais e qualquer pessoa que entre em contato com o local, podendo acarretar sérios problemas à sua saúde, como doenças alérgicas, de pele e respiratórias. Outro grave problema reside na possibilidade de que os agentes de limpeza (coletores de resíduos, catadores de materiais recicláveis etc.) venham



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO – RS

a consumir de forma inapropriada medicamentos descartados junto aos resíduos domiciliares ou venham a se ferir com sondas, cateteres e seringas contaminados.

12.2 FORAM INCLUÍDOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO OBJETIVANDO MENOR IMPACTO AMBIENTAL? NÃO.

Não há necessidade de se fazer a inclusão de requisitos referentes a impactos ambientais nesta contratação, visto que os impactos relacionados são dados pelo descarte inadequado dos materiais.

12.3 CASO IDENTIFICADOS IMPACTOS, QUAIS MEDIDAS MITIGADORAS DEVERÃO SER ADOTADAS?

Nesse caso, como os itens serão entregues à população e utilizados em suas residências, a principal atividade mitigadora é a orientação da população, a fim de entenderem a necessidade de descarte adequado dos materiais. Os medicamentos (vencidos ou não), seus resíduos e embalagens devem ser entregues nos pontos de coleta de logística reversa, obrigatoriamente disponíveis em todas as drogarias e farmácias. Sondas, cateteres, seringas e tiras reagentes a glicose utilizada devem ser acondicionados em recipientes com paredes rígidas, resistentes a perfurações e rupturas, e com tampa que vede bem, tal embalagem deve ser devidamente identificada e entregue em Unidade de Saúde quando 2/3 da mesma estiverem preenchidos.

Caso identificado algum impacto não previsto, o órgão ambiental competente deverá ser notificado.

12.4 O BEM ADQUIRIDO ESTÁ SUBMETIDO A LOGÍSTICA REVERSA? NÃO

De acordo com o Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos (SINIR), dentre os itens a serem adquiridos, somente os medicamentos (vencidos ou em desuso), seus resíduos e embalagens têm a obrigatoriedade da logística reversa, com destinação para ponto de coleta licenciado, conforme Resolução CONAMA n° 416/2009 e Instrução Normativa Ibama n° 01/2010.

13. POSSIBILIDADE DE PREVER PREÇOS DIFERENTES? NÃO

Após análise das alíneas a, b, c e d do Art. 82, III da Lei 14.133/2021. Não vislumbro justificativa para diferenciar preço.

14. POSSIBILIDADE DE O LICITANTE OFERECER OU NÃO PROPOSTA EM QUANTITATIVO INFERIOR AO MÁXIMO PREVISTO NO EDITAL E OBRIGAR-SE NOS LIMITES DELA? NÃO

Considerando a capacidade de operacionalização do sistema e gerenciamento não será possibilitado às empresas interessadas oferecerem quantitativo inferior ao máximo previsto.

15. CONCLUSÃO

Com todo o apresentado acima, concluo que a aquisição de medicamentos e insumos é a mais adequada para licitação, na modalidade Pregão, sob a forma eletrônica, através de Sistema de Registro de Preços, aplicando o critério de menor preço por item e a disputa de forma aberta, ampla concorrência com preferência para ME/EPP/MEI.

São Jerônimo, 23 de abril de 2026.

Marla Medeiros
Emissora do Pedido

Eduarda Mallet da Silva
Farmacêutica - CRF - 587720

Kênia Becker Guimarães,
Secretária de Saúde,
Responsável pela Secretaria.

Assinantes

- ✓ **Marla Cecilia Medeiros da Silva**
Assinou em 20/05/2026 às 10:58:49 com o certificado avançado da Betha Sistemas
Eu, Marla Cecilia Medeiros da Silva, estou ciente das normas descritas na Lei nº 14.063/2020, no que se refere aos tipos de assinaturas consideradas como válidas para a prática de atos e interações pelos Entes Públicos.

- ✓ **Eduarda Mallet da Silva**
Assinou em 20/05/2026 às 11:14:32 com o certificado avançado da Betha Sistemas
Eu, Eduarda Mallet da Silva, estou ciente das normas descritas na Lei nº 14.063/2020, no que se refere aos tipos de assinaturas consideradas como válidas para a prática de atos e interações pelos Entes Públicos.

- ✓ **Kenia Becker Guimaraes**
Assinou em 20/05/2026 às 14:07:16 com o certificado avançado da Betha Sistemas e possui a identidade verificada com o CPF ***.870.430-**
Eu, Kenia Becker Guimaraes, estou ciente das normas descritas na Lei nº 14.063/2020, no que se refere aos tipos de assinaturas consideradas como válidas para a prática de atos e interações pelos Entes Públicos.

Veracidade do documento



Documento assinado digitalmente.
Verifique a veracidade utilizando o QR Code ao lado ou acesse o site **verificador-assinaturas.plataforma.betha.cloud** e insira o código abaixo:

JXW**E1K****1K9****4NY**

**ANEXO IV
PROPOSTA**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº						
ÓRGÃO PROMOTOR DO CERTAME: MUNICÍPIO DE SÃO JERÔNIMO						
Razão social completa/Nome completo do licitante:						
CNPJ/CPF do licitante:						
Endereço completo do licitante:						
E-mail do licitante:						
Telefone do licitante:						
1 – OBJETO: Registro de preços para a aquisição de medicamentos e insumos para a distribuição na farmácia municipal e uso no setor de proteção animal, conforme o edital e seus anexos.						
Item	Especificação	Marca	Unid.	Quant.	Valor Unitário	Total Unitário
					R\$	R\$
					R\$	R\$
					R\$	R\$
					Valor Total	R\$
2 – VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (sessenta) dias contados da abertura da Proposta de Preço.						
3 – INFORMAÇÃO DA CONTA BANCÁRIA EM TITULARIDADE DA LICITANTE: Banco..... Agência..... Conta Corrente.....						
4 – DECLARAMOS O SEGUINTE: a) que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas; b) que esta proposta contém preço(s) compatível(eis) com o(s) praticado(s) no mercado; c) que atende e aceita a todos os termos do Edital.						
5 – Se vencedora da licitação, assinará o termo de contrato na qualidade de _____ o(a) Sr.(a) _____, inscrito(a) no CPF sob o nº _____, e no RG sob o nº _____, residente na Rua _____, nº _____, Cidade _____. São Jerônimo, de..... de						
_____ REPRESENTANTE LEGAL DA LICITANTE						

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO

_____ (Razão Social) _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____
_____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a.)
_____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____
_____, do CPF nº _____, **DECLARA:**

- a) o cumprimento dos requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, microempreendedor individual, produtor rural pessoa física, agricultor familiar ou sociedade cooperativa de consumo, se for o caso, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 ao 49 da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006.
- b) a observância do limite de R\$ 4.800.000,00 na licitação, limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

Declara ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006.

_____, ____ de _____ de _____.

(Assinatura do responsável legal)

ANEXO VI

DECLARAÇÕES

_____ (Razão Social) _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____
_____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a.) _____
_____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____
_____, do CPF nº _____, **DECLARA**, o seguinte:

- a) Que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, para fins do disposto no inciso VI do artigo nº 68 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ()¹.
- b) Que cumprimos os requisitos para a habilitação e declaramos que a proposta está de acordo com as exigências do edital, ainda, atestamos a veracidade das informações, e estamos cientes da responsabilização na forma da lei.
- c) Que cumprimos as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

_____, ____ de _____ de _____.

(Assinatura do responsável legal)

¹ Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.



Minuta de Ata de Registro de Preços

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº **xxx/xxxx**

O Município de São Jerônimo, com sede na Rua Coronel Soares de Carvalho, nº 558, Bairro Centro, CEP 96700-000, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 88.117.700/0001-01, neste ato representado pelo(a) considerando o resultado do processo de contratação via **[Pregão Eletrônico, Dispensa de Licitação, Inexigibilidade]** nº .../[ano], **Processo Administrativo nº xxxx/xxxx**, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, e nas quantidades dispostas, atendendo as condições previstas no Edital ou Aviso de Contratação e seus anexos, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei Federal nº 14.133/2021, no Decreto Municipal nº 5.396/2024, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO, DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

1.1. A presente Ata tem por objeto o **Registro de Preços para [descrição do objeto]**, conforme especificado no Edital ou Aviso de Contratação e seus anexos de indicados no preâmbulo, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

1.2. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades, fornecedor e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Fornecedor:							
CNPJ:							
Endereço:							
Telefone(s):							
E-mail oficial:							
Representante legal:							
Item	Cód.	Especificação	Marca	Unid.	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
...

1.3. As quantidades do item 1.2 refletem a quantidade total da ata, a divisão das quantidades por órgão e entidades participantes consta anexa a esta ata.

1.4. As quantidades previstas para os itens poderá ser remanejada pelo Órgão Gerenciador entre os participantes e não participantes, na forma do art. 30 do Decreto Municipal 5.396/2024.



1.5. O **prazo de entrega dos produtos e/ou prestação dos serviços** não poderá ser superior a [xxxxx] dias úteis contados a partir do envio da Autorização de Fornecimento por e-mail para o fornecedor e deverá obedecer ao estabelecido no Termo de Referência (**Anexo II do Edital ou Aviso de Contratação**).

1.6. O **pagamento** será realizado de acordo com o estabelecido no Decreto Municipal nº 5.394/2024.

1.7. O **Órgão Gerenciador** da presente ata de registro de preços será o Município de São Jerônimo, através da Coordenadoria de Compras, e-mail compras@saojeronimo.rs.gov.br.

1.8. O **Agente Gerenciador** da presente ata de registro de preços será o(a) servidor(a), **podendo este ser substituído pelo(a) servidor(a)....., com dados de contato**

2. VALIDADE E FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CONTRATOS

2.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de um ano, contado [do primeiro dia útil subsequente à data de publicação no diário oficial/ da data de xx/xx/xxxx], e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso e haja concordância do fornecedor registrado.

2.2. Não havendo concordância do fornecedor registrado, poderão ser convocados os fornecedores do cadastro reserva, seguindo-se as mesmas regras de substituição do fornecedor registrado.

2.3. Em caso de prorrogação, serão renovadas as quantidades previstas originalmente na Ata de Registro de Preços.

2.3.1. Havendo saldo remanescente antes da renovação, este não será acrescido às quantidades da ata.

2.4. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

2.4.1. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

2.4.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação de fiscal técnico, fiscal administrativo e gestor da contratação.

2.4.3. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo



órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de fornecimento ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.4.4. O instrumento contratual de que trata o item 3.7 deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

2.4.5. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

2.5. O prazo de convocação para assinatura das atas e contratos será de 03 (três) dias úteis e poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

2.6. A ata de registro de preços e contratos oriundos das mesmas serão assinados preferencialmente através de assinaturas eletrônicas avançadas ou qualificadas na forma da Lei nº 14.063/2020.

2.7. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no Edital ou no aviso de contratação, fica facultado à Administração convocar o segundo colocado e assim sucessivamente, para fazê-lo em igual prazo.

2.8. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

3. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

3.1.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.1.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

3.1.3. na hipótese de previsão no Edital ou Aviso de Contratação e seus anexos ou



no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.2. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e os índices previstos para a contratação.

3.3. A repactuação será devida em contratações de serviços enquadrados como dedicação exclusiva de mão de obra ou com predominância de mão de obras. Ela será concedida somente se houver previsão no edital ou no Termo de Referência.

3.4. Não cabe reequilíbrio para casos onde caberia repactuação, mesmo que não prevista no edital ou Termo de Referência.

3.5. Os pedidos de reequilíbrio, reajustamento e/ou repactuação serão decididos no prazo de 1 mês contados do recebimento do pedido pelo agente gerenciador, podendo ser prorrogado conforme a necessidade da Administração.

4. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

4.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

4.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas, neste caso o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento do item da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

4.1.2. Na hipótese prevista no item 4.1.1, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, observado o disposto no item 4.2.3.

4.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto no item 5.1, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa.

4.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o órgão ou a entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços, para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no item 2.4.5.



4.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao agente gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso.

4.2.1. Para fins do disposto no 4.2, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

4.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou pela entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do disposto no item 5.1, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

4.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do disposto no item 4.2.2, o agente gerenciador poderá convocar os licitantes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no § 3º do art. 18 do Decreto Municipal nº 5.396/2024.

4.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto no item 5.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

4.2.5. Na hipótese de comprovação do disposto no caput e no item 4.2.1, o órgão ou a entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

4.2.6. O órgão ou a entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no item 2.4.5.

5. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador, quando o fornecedor:



- 5.1.1. descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- 5.1.2. não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- 5.1.3. não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto Municipal nº 5.396/2024; ou
- 5.1.4. sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

5.2. Na hipótese de aplicação de sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

5.3. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 5.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

5.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo agente gerenciador, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- 5.4.1. por razão de interesse público;
- 5.4.2. a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- 5.4.3. se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do do Decreto Municipal nº 5.396/2024.

6. DAS SANÇÕES

6.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital ou Aviso de Contratação e seus anexos.

6.2. É da competência do agente gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço.

6.3 Compete aos órgãos e entidades participantes a aplicação das penalidades relacionadas à sua demanda registrada ou descumprimentos contratuais de suas contratações, inclusive quanto ao registro das sanções nos cadastros obrigatórios.

6.4 Quando o órgão ou entidade participante aplicar sanções, deverá comunicar o



Departamento de Compras de São Jerônimo, no prazo máximo de 5 dias quanto ao tipo de sanção aplicada e a motivação.

7. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

7.1. O pagamento, das contratações realizadas pelo Município de São Jerônimo, será efetuado de acordo com o Decreto Municipal nº 5.394/2024.

7.1.1. Os prazos de liquidação e pagamento serão limitados a:

7.1.1.1. para a liquidação da despesa, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração:

7.1.1.1.1. 5 (cinco) dias úteis para prestação serviços e locações.

7.1.1.1.2. 10 (dez) dias úteis para fornecimento de bens e realização de obras.

7.1.1.2. para pagamento, a contar da liquidação da despesa.

7.1.1.2.1. 8 (oito) dias úteis para prestação de serviços.

7.1.1.2.2. 10 (dez) dias úteis para fornecimento de bens, locações e realização de obras.

7.2. Os pagamentos serão efetuados exclusivamente em conta-corrente em nome da empresa licitante, ou boleto bancário, desde que o mesmo possua prazo de vencimento em conformidade com o Decreto Municipal nº 5.394/2024.

7.3. Para pagamento, a Empresa deverá apresentar ao fiscal ou gestor da contratação, a nota fiscal e/ou fatura do(s) produtos entregue(s) ou serviços realizados de acordo com o respectivo empenho, devendo ser emitida em nome do Município de São Jerônimo e conter o número do correspondente empenho.

7.4. Durante todo o transcorrer da Ata de Registro de Preços, ou dos contratos oriundos da mesma, o fornecedor deverá manter regularizados e dentro dos seus períodos de validade as certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda federal, estadual e municipal do domicílio ou sede do fornecedor, a certidão de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei e a certidão de regularidade perante a Justiça do Trabalho;

7.5. Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão corrigidos monetariamente pelo IPCA do período, ou outro índice que vier a substituí-lo, e a Administração pagará a contratada com juros de 0,5% ao mês, pro rata.

7.5.1. O atraso de pagamento só será considerado se a Administração der causa ao



mesmo;

7.5.2. A contagem do prazo para liquidação se inicia com o recebimento do Documento Fiscal pelo Fiscal ou Gestor da contratação.

7.5.3. A contagem do prazo para pagamento se inicia com o recebimento do Documento Fiscal na Coordenadoria de Contabilidade.

7.6 Os pagamentos das contratações realizadas pelos órgãos ou entidades participantes e não participantes obedecerá os respectivos decretos de ordem cronológicas destes quanto ao prazo de pagamento.

8. EMPENHOS

8.1. O compromisso de fornecimento estará caracterizado após o envio da nota de empenho ou a Autorização de Fornecimento (AF), que será emitido de acordo com o valor constante na Ata de Registro de Preços.

8.2. A emissão do(s) empenho(s) será(ão) autorizada(s) pelo titular da pasta à qual pertencer a unidade requisitante, ou pela autoridade por ele delegada.

8.3. Na Autorização de Fornecimento constará, obrigatoriamente, o número do processo licitatório que deu origem ao registro de preços, o objeto da aquisição ou do serviço, o(s) valor(es), (o)s local(ais) para entrega (quando não especificados no Edital ou Aviso de Contratação e seus anexos ou na Ata de Registro de Preços) e o prazo para entrega.

9. OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

9.1. O Município deverá observar as obrigações previstas no Termo de Referência da contratação.

9.2 O Município se obriga a efetuar o pagamento, em conformidade com o disposto nesta ata.

9.3. Aceitar ou recusar órgãos ou entidades não participantes que pretendam aderir ao Registro de Preços.

9.4 Observar os limites de adesão a ata de Registro de Preços.

9.5 Promover a prorrogação, quando pertinente, da ata de Registro de Preços.

10. OBRIGAÇÕES DA EMPRESA

10.1. A empresa assume o compromisso formal de atender ao disposto no Edital ou Aviso de Contratação e seus anexos, com perfeição e acuidade, fornecendo os produtos ou



prestando os serviços conforme pactuado, dentro dos prazos previstos no Edital ou Aviso de Contratação e seus anexos.

10.2. Serão de inteira responsabilidade da empresa os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais ou quaisquer outros decorrentes da execução desta ata, isentando o Município de qualquer responsabilidade no tocante a vínculo empregatício ou obrigações previdenciárias, no caso de reclamações trabalhistas, ações de responsabilidade civil e penal, decorrentes dos serviços e de qualquer tipo de demanda.

10.3. Deverá a empresa manter atualizados os pagamentos decorrentes da contratação (quando ocorrer), como salário de empregados e quaisquer outros, ficando a seu cargo a responsabilidade por quaisquer acidentes que possam vir a ser vítimas seus empregados, quando em serviço, e por tudo quanto às leis trabalhistas e previdenciárias lhes asseguram.

10.4. A empresa será responsável por quaisquer danos materiais e/ou pessoais causados ao Município, ou a terceiros, provocados por seus empregados, ainda que por omissão involuntária, devendo ser adotadas, dentro de 5 dias úteis, as providências necessárias para o ressarcimento e/ou indenização.

10.5. Deverão ser prestados pela empresa todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município, a cujas reclamações se obriga a atender prontamente.

10.6. No valor registrado estão incluídas todas as despesas de fretes, taxas, impostos e seguros, bem como quaisquer outros encargos que incidam ou venham a incidir sobre o(s) produto(s) e/ou serviço(s).

10.7. O fornecimento será realizado conforme solicitação do Município (mediante empenho prévio) e de acordo com a sua necessidade, ou conforme disposto no Termo de Referência.

11. DA ENTREGA E RECEBIMENTO

11.1. Quanto ao município de São Jerônimo, órgão gerenciador da ata, os produtos deverão ser entregues e os serviços prestados nos endereços indicados no Termo de Referência, podendo ser designado outro local dentro do município conforme a necessidade. Quanto aos órgãos e entidades participantes, deverão ser observados os endereços e horários de entrega indicados no anexo à ata de registro de preços.

11.2. O(s) produto(s) deverá(ão) ser entregues livres de despesas pertinentes a frete, carga, descarga, cabendo a licitante arcar com todos os custos inerentes aos mesmos.

11.3. O recebimento dos produtos, objeto desta licitação, será feita por Servidor ou Comissão designado na Autorização de Fornecimento e/ou Contrato enviado(a) para a(s) empresa(s) fornecedora(s), que fará(ão) o recebimento nos termos do art. 140, da Lei nº



14.133/2021, da seguinte forma:

11.3.1. provisoriamente, no ato da entrega do(s) produto(s), para efeito de posterior verificação da conformidade do(s) mesmo(s) com o solicitado na licitação;

11.3.2 definitivamente, após a verificação da qualidade, características e quantidades do(s) produto(s) e consequente aceitação, procedendo o gestor com a liquidação da contratação.

11.4 Os recebimentos provisórios e definitivos ocorrerão dentro do prazo de liquidação, conforme disposto nas Condições de Pagamento.

11.5. Os produtos deverão estar em conformidade com as exigências estabelecidas no termo de referência (**Anexo II do Edital ou Aviso de Contratação**).

11.6. A menos que o Termo de Referência estabelece prazo diverso para a obrigação, produtos e serviços defeituosos ou que não atendam as exigências da contratação deverão ser substituídos – no caso de produtos – ou refeitos – no caso de serviços – no prazo máximo de 5 dias úteis.

12. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1 Os órgãos ou entidades não participantes da ata de registro de preços poderão aderir a presente ata durante seu prazo de vigência, caso esta tenha decorrido de processo licitatório.

12.1.1. Caso a presente ata tenha origem em um processo de contratação direta, é vedada a adesão por outros órgãos ou entidades de qualquer esfera.

12.1.2. É vedada a adesão à esta ata, independente da forma de contratação, por órgãos ou entidades das esferas federais, estaduais ou distritais.

12.1.3. Órgãos ou entidades participantes da ata poderão aderir, na condição de não participantes, nos itens para os quais não tenha quantitativo registrado.

12.1.4. É vedada a adesão por órgãos ou entidades que já integram outra ata vigente com o mesmo objeto, ressalvada a exceção do art. 82, VIII que deverá ser comprovada pelo aderente.

12.2. Serão observados os seguintes limites para as adesões:

12.2.1. Por órgão ou entidade aderente, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens registrados na ata de registro de preços, somadas as quantidades de todos os órgão ou entidades participantes da ata; e

12.2.2. Na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de



registro de preços, somadas as quantidades de todos os órgão ou entidades participantes da ata.

12.3. Os órgãos ou entidades não participantes possuem os mesmos direitos e obrigações desta ata, sobre a quantidade que aderirem.

12.4. O pedido de autorização para adesão a ata de registro de preços deverá ser instruído com os seguintes documentos:

12.4.1. Solicitação de Autorização firmada pela autoridade competente do órgão ou entidade, informando as quantidades que pretende adquirir.

12.4.2. Autorização do fornecedor registrado.

12.4.3. Declaração de que não participa de outra ata de registro de preços vigente com o mesmo objeto, salvo se integrar ata cujo quantitativo registrado foi inferior ao máximo previsto no edital.

12.5. O aderente terá o prazo de 90 dias, a contar da autorização do Órgão Gerenciador, para realizar a contratação.

12.5.1. Caso não haja comunicação sobre a inócorrença da compra, considerar-se-a realizada.

12.5.2. Autorizada pelo Órgão Gerenciador, imediatamente será descontada a quantidade dos limites de adesão, independente de comprovação da aquisição. E assim continuará ata que ocorra eventual comunicação de que a contratação não foi perfectibilizada, tal informação deve ser prestada pelo aderente através de agente dotado de fé pública.

13. CONDIÇÕES GERAIS

13.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital, Aviso de Contratação ou no Termo de Referência.

13.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

13.3. Fica eleito o Foro da Comarca de São Jerônimo/RS para nele serem dirimidas quaisquer dúvidas decorrentes da presente licitação, com renúncia de outros ainda que privilegiados.

13.4. As demais solicitações formais da contratada ao Órgão Gerenciador, tais como:



Município de São Jerônimo
Coordenadoria de Licitações e Contratos

pedidos prorrogação, alteração de dados, reequilíbrio econômico-financeiro, trocas de marca, entre outros deverão ser protocolizados junto ao setor de Protocolo, no horário das 09h às 12h e das 13h às 15h, na Av. Rio Branco, nº 478, Centro, São Jerônimo/RS, (51) 3651-1008, ou através do e-mail tributos@saojeronimo.rs.gov.br e endereçadas ao agente gerenciador ata de registro de preços ou gestor do contrato.

13.5. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (tres) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e ficará sob responsabilidade do órgão gerenciador.

São Jerônimo/RS, de..... de

Município de São Jerônimo Contratante	[nome da empresa] [nome do representante legal] Contratado
--	--

As cláusulas deste edital foram analisadas e aprovadas pela Assessoria Jurídica do Município.

Documento assinado digitalmente
gov.br RAFAEL PANCZINSKI DE OLIVEIRA
Data: 27/06/2024 13:36:35-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Rafael Panczinski de Oliveira
Procurador
OAB/RS 100.665



ANEXO I - CADASTRO RESERVA

Segundo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Fornecedor:							
CNPJ:							
Endereço:							
Telefone(s):							
E-mail oficial:							
Representante legal:							
Item	Cód.	Especificação	Marca	Unid.	Quant. Máxima	Valor Unit.	Prazo garantia ou validade
...

Segundo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Fornecedor:							
CNPJ:							
Endereço:							
Telefone(s):							
E-mail oficial:							
Representante legal:							
Item	Cód.	Especificação	Marca	Unid.	Quant. Máxima	Valor Unit.	Prazo garantia ou validade
...



ANEXO II - QUANTIDADES POR ÓRGÃO OU ENTIDADE PARTICIPANTE

Os quantitativos presentes na ata de registro de preços serão distribuídos nas seguintes quantidades entre os órgãos e entidades participantes.

Órgão Gerenciador: Município de São Jerônimo			
Endereço e Condições de Entrega: Informações na ata.			
Dados de Contato: Presentes na ata.			
Item	Código	Especificação	Quantidade
Órgão ou Entidade: ...			
Endereço e Condições de Entrega: ...			
Dados de Contato: ...			
Item	Código	Especificação	Quantidade

MINUTA CONTRATUAL

Contrato de Aquisição de Bens Comuns

ORIGEM: Pregão Eletrônico nº xxx/xxxx, Processo Administrativo nº xxx/xxxx

1. QUALIFICAÇÃO DAS PARTES

1.1 CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO JERÔNIMO/RS, de um lado, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 88.117.700/0001-01, neste ato representado pelo signatário identificado, no uso de suas atribuições e com poderes para firmar tal contratação.

1.2 CONTRATADA(S) : [NOME DA EMPRESA], pessoa jurídica de direito [público/privado] inscrito no CNPJ nº [CNPJ], com telefone para contato nº [telefone] e e-mail [e-mail] pelo qual receberá comunicações, com sede na [endereço completo], neste ato representado por, [nome do sócio], [cargo na empresa], [estado civil], com CPF nº [CPF].

2. DO OBJETO

2.1 O presente instrumento tem por objeto [objeto].

2.2 O Termo de Referência (TR) é parte integrante deste contrato, e havendo cláusulas diretamente divergentes, prevalecerá o que dispõe o Termo de Referência.

2.3 O presente edital se vincula às disposições do edital do Pregão Eletrônico nº [pregão e ano], a proposta vencedora e a eventuais anexos citados durante o contrato.

2.4 O presente contrato é regido pela Lei 14.133/2021, e demais regulamentos municipais expedidos pelo município de São Jerônimo, mencionados ou não no contrato. Casos omissos serão decididos observando o interesse público e balizando-se pelos regulamentos federais.

2.5 Os itens da contratação, os valores, bem como seus quantitativos unitários e totais encontram-se discriminados na tabela abaixo:

Item	Especificação	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1				R\$	R\$
2				R\$	R\$
Valor Total da Contratação					R\$

3. DO VALOR DA CONTRATAÇÃO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1 Valor Total do Contrato O contratante pagará a contratada o valor total de R\$ xxx, contemplando todos os custos direta ou indiretamente relacionados com a perfeita e completa execução do contrato.

3.2 As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta da(s) seguinte(s) dotação (ões) orçamentária(s): **[indicar dotações]**

4. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1 Os prazos, formas e condições de pagamento submetem-se a regulação do Decreto Municipal 5.394, de 10 de janeiro de 2024.

4.2 O pagamento será efetuado por contra empenho, após a entrega do bem, e mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura.

4.3 O documento fiscal emitido pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do processo, número do pregão eletrônico e da ordem de fornecimento, a fim de se acelerar o trâmite de recebimento do material e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

4.4 Entregue as notas fiscais, o município terá o prazo de **10 dias úteis para liquidação**, isso é, verificar o atendimento as disposições do edital gerando o direito a receber o pagamento e sua efetiva entrega na Coordenadoria de Contabilidade.

4.5 O prazo de liquidação poderá ser excepcionalmente prorrogado, justificadamente, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

4.6 Após a liquidação, o município efetuará o pagamento no prazo de até 10 dias úteis na conta corrente informada na proposta.

4.7 Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão corrigidos monetariamente pelo IPCA do período, ou outro índice que vier a substituí-lo, e a Administração pagará a contratada com juros de 0,5% ao mês, pro rata.

- a) O atraso de pagamento só será considerado se a Administração der causa ao mesmo;
- b) A contagem do prazo para liquidação se inicia com o recebimento do Documento Fiscal pelo Fiscal ou Gestor da contratação.
- c) A contagem do prazo para pagamento se inicia com o recebimento do Documento Fiscal na Coordenadoria de Contabilidade.

4.8 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins de transcurso de prazo previsto para liquidação e pagamento.

4.9 Previamente ao pagamento, a Administração deve verificar a manutenção das condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta.

4.10 Verificadas quaisquer irregularidades que impeçam o pagamento, o fornecedor será notificado para saná-las. A permanência da condição de irregularidade, sem a devida justificativa ou com justificativa não aceita pela Administração, pode culminar em rescisão contratual, sem prejuízo da apuração de responsabilidade e da aplicação de penalidades cabíveis, observado o contraditório e a ampla defesa.

4.11 Somente serão pagos os valores correspondentes aos bens/serviços efetivamente entregues/realizados e atestados.

4.12 O Município poderá proceder à retenção do INSS, ISS e IRRF, quando for o caso, nos termos da legislação em vigor, devendo, para tanto, a licitante vencedora discriminar na NOTA FISCAL/FATURA o valor correspondente aos referidos tributos.

5. DOS PRAZOS/VIGÊNCIA/LOCAL/DO FORNECIMENTO:

5.1 A contratada obriga-se a entregar os produtos no local, de acordo com a legislação vigente e conforme as especificações constantes no edital, Termo de Referência e demais anexos que o acompanharem.

5.2 Este contrato tem sua vigência iniciada na data de assinatura, e com data prevista de término para [data ou prazo em dias]

5.3 A entrega deverá ser realizada em [data, horário, prazo de início, etc]

5.4 A entrega deverá ser realizada em [local de entrega]

5.5 O(s) produto(s) deverá(ão) ser entregue(s) livre(s) de despesas pertinentes a frete, carga, descarga, cabendo a contratada arcar com todos os custos inerentes aos mesmos.

5.6 O recebimento dos produtos, provisório ou definitivo, não exclui a responsabilidade da contratada pelos padrões adequados de qualidade, segurança, durabilidade e desempenho dos produtos fornecidos, cabendo-lhes sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização dos mesmos.

5.7. Verificada a desconformidade de algum dos produtos, a licitante vencedora deverá promover as correções necessárias no prazo máximo de [dias, horas], sujeitando-se as penalidades previstas no edital.

6 DO REAJUSTE, REEQUILÍBRIO E REPACTUAÇÃO

6.1 Os preços serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de ocorrência de situações previstas na legislação ou de redução dos preços praticados no mercado.

6.2 A contratada poderá ter seus preços reajustados pelo IPCA ou pelo índice que lhe vier a substituir, caso seja transcorrido o prazo de 12 (doze) meses, a contar da data do orçamento estimado, assim definido pela data de emissão do Termo de Pesquisa de Preços mais recente no processo, até o adimplemento da parcela.

6.3 O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação.

6.4 Os pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro e repactuação serão decididos no prazo de 1 mês.

7 GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre a Administração e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. A Administração poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas imediatamente.

7.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial acerca da entrega dos materiais.

7.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, designados neste Termo de Referência.

7.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, observado o disposto no Decreto Municipal nº 5.397/2024.

7.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

7.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção, que poderão ser realizadas através de e-mail informado na proposta da empresa contratada.

7.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

7.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

7.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

Município de São Jerônimo
Coordenadoria de Licitações e Contratos
Edital Modelo 02 – Pregão de Aquisição de Bens Comuns Por Item

7.7.6. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

7.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

7.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

7.8.2. Na falta de designação de fiscal administrativo, as atribuições acima mencionadas caberão ao gestor do contrato.

7.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

7.9.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos.

7.9.2. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

7.9.3. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133/2021, ou pelo agente público ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

7.10. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

7.11. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. Este documento deverá acompanhar a Nota Fiscal, quando a mesma for remetida para o setor competente de pagamento.

7.12. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor responsável para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7.13. O fiscal do contrato poderá solicitar que a contratada mantenha representante no local do serviço para acompanhamento da execução do contrato.

7.14. A gestão do contrato ficará a cargo dos seguintes servidores:

a) O fiscal técnico indicado para a presente contratação é [indicar o nome completo, telefone de contato, e-mail de contato];

b) O gestor indicado para a presente contratação é [indicar o nome completo, telefone de contato, e-mail de contato];

c) Devido à natureza da contratação não haverá designação de fiscal administrativo, devendo as atividades atribuídas a ele no Decreto Municipal nº 5.397/2024 serem assumidas pelo gestor do contrato;

d) Havendo necessidade serão designados suplentes para os gestores acima definidos.

7.15 Havendo previsão no edital e/ou no termo de referência, durante a execução contratual poderá ser exigida amostra ou prova de conceito.

8 DA GARANTIA

8.1 A empresa obriga-se a garantir a conformidade com Termo de Referência, comprometendo-se, a adotar as medidas corretivas necessárias imediatamente, de forma que atenda aos requisitos do edital, bem como as solicitações e/ou notificações do fiscal do contrato, sob pena das sanções previstas em lei e/ou no contrato.

9 DA RESCISÃO E EXTINÇÃO

9.1. O não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos, enseja a extinção contratual, conforme inciso I do art. 137 da Lei 14.133/2021.

9.2. A extinção deste contrato, conforme art. 138 e 139 da nova Lei de Licitações pode ser:

I – determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II - consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

III - determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

10 DAS SANÇÕES

10.1 Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

Município de São Jerônimo
Coordenadoria de Licitações e Contratos
Edital Modelo 02 – Pregão de Aquisição de Bens Comuns Por Item

- a) . dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) . dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) . deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
- i) fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- j.1.) Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a. Advertência pela falta do subitem 10.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b. Multa de 0,5% (zero virgula cinco por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 10.1.1 a 10.1.12;
- c. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 13.1.2 a 10.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- d. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos

Município de São Jerônimo
Coordenadoria de Licitações e Contratos
Edital Modelo 02 – Pregão de Aquisição de Bens Comuns Por Item

e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 10.1.8 a 10.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

10.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

10.5.A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

10.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

10.7.Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

10.8.A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

10.9.O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

10.10.A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021 e subsidiariamente a Lei Municipal nº 4.117 de 14 de setembro de 2022.

11. DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1 Fica o contratado obrigado a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta.

11.2 Qualquer omissão ou tolerância de uma das partes, no exigir o estrito cumprimento dos termos e condições deste contrato ou ao exercer qualquer prerrogativa dele decorrente, não constituirá renovação ou renúncia, nem afetará o direito das partes de exercê-lo a qualquer tempo.

11.3 Além das cláusulas que compõem o presente contrato, fazem parte integrante deste instrumento, como se nele estivessem contidas as disposições previstas pela Lei Federal nº 14.133/2021.

11.4 Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.


11.5 Fica o contratado obrigado a cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

11.6 Fica eleito o FORO da Comarca de São Jerônimo/RS, com expressa renúncia de qualquer outro, para serem dirimidas quaisquer dúvidas pertinentes ao presente contrato.

Contratante
Prefeito Municipal

Contratado
[Nome do Representante Legal]
[Nome da Empresa]

As cláusulas deste contrato padronizado foram analisadas e aprovadas pela Assessoria Jurídica do Município.

Documento assinado digitalmente
 RAFAEL PANCZINSKI DE OLIVEIRA
Data: 22/05/2024 15:25:12-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Procurador
OAB/RS 100.665